



Anais da Assembléia

D.A. 009

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Governo | Deputado Valdír Rossini |
| PFL | Deputado Plauto Miró |
| PTB | Deputado Ademar Traiano |
| PMDB | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT | Deputado Edgar Bueno |
| PL | Deputado Horácio Rodrigues |
| PSN | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB | |

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Dival Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Alcanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdír Rossini; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfino Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1998

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Marquinhos Alves e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, que seja colocado em pauta, sob regime de urgência, o Projeto de Lei nº 462/97.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) **NEIVO BERALDIN**

REQUERIMENTO Nº 237-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a REINCLUSÃO na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 214/97 (tarifas), de minha autoria.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) **CEZAR SILVESTRI**

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do item 07, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 464/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) **VALDIR ROSSONI**

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do item 04, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 440/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) **VALDIR ROSSONI**

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a autorização para representar esse Poder Legislativo, na Assembléia Geral da UNALE, que ocorrerá no dia 16.03.98 em Brasília/DF.

Requer, outrossim, a designação de outros dois (02) Deputados, para também participarem desse importante evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, em seus artigos 132 e 133.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente.

O Deputado adiante nominado, informa a Vossa Excelência que no dia 19 (dezenove) de março do corrente ano, em Brasília, haverá uma reunião no Ministério da Educação, para tratar de assuntos relativos à educação no Paraná.

Isto posto, requeremos a Vossa Excelência designação para representar esta Assembléia Legislativa na mencionada reunião, conforme convite feito pelo Deputado Federal Osmani Pereira, vice-Líder do Governo na Câmara.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) EMERSON MERONE

REQUERIMENTO Nº 237-B

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial para acompanhar as negociações entre a COPEL e partes lideiras interessadas, no que concerne à Usina de Salto Caxias, construída no Rio Iguaçu, na divisa Oeste/Sudeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(aa) CAÍTO QUINTANA

NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Após vencidas as primeiras etapas de construção e negociações, perduram impasses, com tendência de agravamento, em detalhes finais, inclusive com a ocorrência de recentes conflitos entre as partes, como o acontecido na manhã de hoje, dia 04 de março, podendo gerar clima de tensão.

A Comissão ora requerida, além de demonstrar a natural preocupação desta Casa de representação popular, estará cumprindo determinações do Artigo 162 da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que: "As negocia-

ções sobre aproveitamento energético, de recursos hídricos, entre a União e o Estado e entre estes e outras unidades da Federação, devem ser acompanhadas por Comissão Parlamentar nomeada pela Assembléia Legislativa do Estado."

REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor LUIZ SÉRGIO VARGAS DORNELES, do Município de Palmas-PR.

Requer ainda que do teor do presente, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.98..

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Trinco de uma grande família, o Senhor Luiz Sérgio Vargas Dorneles, deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população ao longo de sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Vargas Dorneles, endereçando a ela votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado votos de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ ANTONIO FUCHS, ocorrido no Município de Campo Mourão.

Pioneiro, comerciante, pessoa dedicada aos assuntos pertinentes à comunidade de Campo Mourão, fica portando uma profunda lacuna na comunidade de nossa região, que só será superada pelos atos e ensinamentos que ele nos deixou.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à família

enlutada. (Av. Capitão Índio Bandeira, 1.401 - CEP 87300-000 - Campo Mourão).

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem MAURO FABIANE, do Município de Quedas do Iguaçu - PR.

Requer ainda, que do teor do presente seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Mauro Fabiane, deixou consternada toda a população de Quedas do Iguaçu.

Filho exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizade, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Fabiane, e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALEXANDRE ANTONELLO, do Município de Boa Vista da Aparecida - PR.

Requer ainda, que do teor do presente seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor Alexandre Antonello deixa esposa, filhos, netos e bisnetos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

Curitiba, quarta, em 11.03.98

O Município de Boa Vista da Aparecida encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família ZAIONS, pelo falecimento do Senhor EUPHEMIO ZAIONS, ocorrido no dia 24 de fevereiro do ano em curso, em Mallet.

Senhor Euphemio Zaions, conhecido como Henrique Zaions, nasceu em Irati em 06 de setembro de 1927, ainda na infância fixou residência na Cidade de Mallet. Durante toda sua vida, foi um homem dedicado à indústria e comércio.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família PRZYBYSZEMSKI, pelo falecimento do Senhor CASEMIRO PRZYBYSZEMSKI, ocorrido no dia 23 de fevereiro do ano em curso, em Mallet.

Casemiro Przybyzowski, foi Vereador em Mallet, no período de 1977 a 1982, exerceu os cargos de 1º Secretário da Câmara Municipal e Presidente da Comissão de Finanças. Funcionário Público desde 1972, aposentou-se em 1995.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família MATIOSKI, pelo falecimento do Senhor JOSÉ MATIOSKI, ocorrido no dia 28 de fevereiro do ano em curso, em Mallet.

José Matioski, foi Vereador no Município de Mallet nos anos de 1964 a 1968, sendo Presidente da Câmara Municipal durante todo seu mandato. Foi Prefeito Municipal no período de 1986 a 1991.

Nascido em 10 de julho de 1923, na Cidade de Papanduva - Santa Catarina, filho de João e Tereza Matioski.

Embora não tenha nascido em Mallet, lá fixou residência desde a sua infância, tornou-se família tradicional maletense, foi homenageado pelo povo da cidade que adotou, recebeu o título de Cidadão Honorário de Mallet.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família WAGNER, pelo falecimento do Senhor RICARDO WAGNER FILHO, ocorrido no dia 02 de março do ano em curso, em Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor EDSÔN MILANI DE HOLANDA, pela eleição e posse na Presidência da ABO - Associação Brasileira de odontologia - Seção do Paraná, com sede em Curitiba.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Presidente e demais membros que compõem a Diretoria, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dias da Rocha Filho, 625 - Alto da XV, Curitiba - PR - CEP 80040-050.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Edson Milani de Holanda, que preside pela segunda vez a ABO - Associação Brasileira de odontologia - Seção do Paraná, trabalha pelo crescimento da Entidade, para que seja atingido plenamente o objetivo de valorizar os profissionais Odontólogos do Paraná. Atualmente acumula a Presidência do CORE - Conselho das Regionais da ABO-PR.

Uma de suas iniciativas, já no início da gestão, em conjunto com o CORE, foi o lançamento da Campanha Estadual de Valorização do Cirurgião Dentista, veiculada em "outdoors" e anúncios em rádios, cobrindo praticamente todo o Estado do Paraná. Com mensagem simples: "Viva melhor: Sorria - visite seu DENTISTA. Ele pode ajudar" - a referida campanha institucional reforça a real necessidade da manutenção da saúde bucal, valorizando o papel fundamental que exerce o Cirurgião Dentista na sociedade.

Diante do exposto, o Doutor Edson Milani de Holanda faz jus ao pedido que ora requeremos.

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, em data de hoje, do 35º aniversário do jornal "Diário Popular", como também pelos 40 anos de jornalismo de Abdo Aref Kudri, competente Diretor do mencionado periódico.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente Requerimento à Direção e funcionários do "Diário Popular".

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", alusivos às comemorações do 35º aniversário, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente daquele jornal, jornalista Abdo Aref Kudri, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de novembro, 1.190, CEP 80060-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade Rural dos Campos Gerais, Associação Comercial e Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, pela futura realização da 24ª EFAPI - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Campos Gerais.

A intenção dos organizadores é a retomada de um evento tradicional de bons e grandes negócios na cidade, com expectativa de atingir cerca de 200 mil visitantes durante os dez dias de EFAPI.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, Maurício Podolan, sito à Rua XV de novembro, 120; Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, Renato Gomes Napoli, sito à Rua Comendador Miró, 860; e ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, sito à Av. Visconde de Taunay, 950; todos em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pelas comemorações alusivas ao 35º aniversário de sua fundação.

É inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste País deram para a consolidação da democracia, tão propugnada pelos brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições, o jornal "Diário Popular", jamais se curvou diante do processo histórico, muito pelo contrário, caminhou lado a lado para o progresso e engrandecimento do nosso Estado do Paraná, com uma postura honesta e imparcial.

Trata-se de um jornal com leitura obrigatória e indispensável a todos que necessitam ou querem estar bem informados. Parabéns, jornal "Diário Popular"!!!

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, REQUER, após ouvir o Plenário, votos de louvor e congratulações ao atuante jornalista Doutor Abdo Aref Kudri, Diretor Presidente do jornal "Diário do Paraná", pela comemoração dos 35 anos de existência entre a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Doutor Abdo Aref Kudri vem conduzindo este jornal "Diário do Paraná" ao longo de três décadas e meia com seriedade, competência, criatividade e ousadia nas inovações tecnológicas e estéticas, colocando o referido veículo num dos mais importantes meios de comunicação do Estado do Paraná, em destaque para o jornalismo policial e esportivo.

É por isto e por muito mais que esta Casa tem hoje a oportunidade de parabenizar a Diretoria e toda equipe do "Diário do Paraná", pelos 35 anos de existência.

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao COLÉGIO PIO XII, pelos 181 anos de Congregação Marista no Brasil.

O Padre Marcelino Champagnat fundou a Congregação dos Irmãos maristas em 1817 na França, e hoje os Maristas atuam em 74 países. Marcelino valorizava muito as qualidades do coração. A formação liga-se diretamente à vida, ao crescimento, à realização, sem intermediários que a atrapalhem. O exemplo, vinculado ao ambiente educativo, é fator basilar de formação. A vitalidade de Champagnat se derrama diretamente na ação e na afetividade de todos os educadores e colaboradores que atuam nas obras maristas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Diretor do Colégio Pio XII, LUIZ FERNANDO SCHIMIDT, na Rua Rodrigues Alves, 701 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja concedido voto de congratulações à médica NILCE SEIXAS, pela grande dedicação que tem pelos animais.

Pessoas que desejam livrar-se de animais domésticos, costumam deixá-los à porta de Nilce Seixas, anestesista aposentada que se dedica a cuidar dos animais. Em sua residência existem mais de 18 cachorros, 22 gatos, 08 galinhas e 01 jabuti caique. Todos recebem nomes e são reconhecidos por Nilce, médica formada há 32 anos pela Escola de Medicina de São Paulo. Sempre que necessário dá as vitaminas e medicamentos aos animais. Por ser frequentemente pressionada pelos vizinhos a deixar seus bichos de estimação, ela vem lutando para a reativação da Sociedade Protetora dos Animais e acredita que a entidade vai funcionar ainda este ano.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à Doutora Nilce Seixas, na Rua Ludovico Szesz, 37 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Ponta Grossa, pela iniciativa de presentear crianças no natal/97.

Com presentes doados por empresas da cidade e pela Agência Central dos Correios, que coordenou a campanha, foi possível pela primeira vez, a Regional de Ponta Grossa atender o pedido feito ao Papai Noel, por crianças, na maioria de baixa condição financeira.

Além da criança escolhida, as demais tiveram suas cartas respondidas e talvez receberam presentes que pediram ao Papai Noel, em casa. Esta iniciativa faz com que as crianças continuem acreditando em alguém para realizar seus sonhos, já que a vida de muitas delas é uma triste realidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Diretor Regional da ECT/Ponta Grossa, Senhor HERÁCLITO PALMEIRA, Funcionários e Colaboradores, na Rua A. Ribas, 802 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à ZACILIS MIRANDA, pela realização do 26º Natal dos Carentes, no Município de Ponta Grossa.

O Natal dos Carentes é realizado em sua residência, proporcionando alegria às pessoas com baixa condição financeira. Estas, muitas vezes rejeitadas pela sociedade, são acolhidas com muito amor e carinho por Zacilis, permitindo, até mesmo, o direito delas sonharem e acreditarem no Bom Velhinho.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à Zacilis Miranda, à Rua Doutor Penabendo de Almeida, 436 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 176

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após outiva do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa e encaminhado o aplauso deste Poder aos Senhores ex-Secretários de Estado que deixaram suas Pastas na data de 04 de março de 1998, após prestarem sua valorosa contribuição a equipe de Governo do Senhor Governador Jaime Lerner, conforme listamos:

- Excelentíssimo Senhor **Manoel Cândido Martins de Oliveira**, ex-Secretário de Estado da Segurança Pública;
- Excelentíssimo Senhor **Joni Varisco**, ex-Secretário de Estado do Trabalho;
- Excelentíssimo Senhor **Rafael Greca da Macedo**, ex-Secretário de Estado da Casa Civil e Ex-Secretário de Estado de Governo (acumulando as duas Pastas);
- Excelentíssimo Senhor **Nelson Justus**, ex-Secretário de Estado da Indústria e Comércio.

A presente solicitação é nossa justa homenagem aos Senhores ex-Secretários, pelos relevantes bons préstimos à Administração Pública do Estado do Paraná conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Pelos feitos da vida pública destes cidadãos e, pela contribuição prestada a equipe do atual Governo, esta homenagem se auto justifica, porque poucos são os cidadãos que se destacam por tão nobre espírito cívico e público como estes Senhores ex-Secretários de Estado.

Ao citarmos qualquer parte de suas biografias, constataremos que seus feitos no trilhar de suas vidas públicas, nos brindam a todos cidadãos paranaenses por terem liderado aquelas Pastas de Governo com brilhantismo e destaque, integrando com sintonia e sinergia os trabalhos do Governador Jaime Lerner.

Esta homenagem de apoio, é a justa retribuição para o trabalho marcante e competente, dos homenageados, que prestaram contribuição determinante para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após outiva do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa e encaminhado o aplauso deste Poder aos Senhores Secretários de Estado nomeados na data de ontem, 04 de março de 1998, e que passam a integrar a equipe de Governo do Senhor Jaime Lerner, com a devida moção de apoio às suas Pastas, conforme listamos:

- Excelentíssimo Senhor Secretário **Rubens Abraão Tassara**, Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Excelentíssimo Senhor Secretário **Pedro Granada Martins**, Secretaria de Estado do Trabalho;
- Excelentíssimo Senhor Secretário **José Cid Campêlo Filho**, Secretaria de Estado de Governo;
- Excelentíssimo Senhor Secretário **Ednardo Francisco Sciarra**, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;
- Excelentíssimo Senhor Secretário **Manoel Cândido Martins de Oliveira**, Secretaria de Estado da Casa Civil.

A presente solicitação é nossa justa homenagem aos recém-nomeados Secretários, pelos relevantes bons préstimos à Administração Pública do Estado do Paraná conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa a esta homenagem, citamos infinitesimal parte da biografia e dos feitos da vida pública destes cidadãos que vêm nos brindar integrando a atual equipe de governo, associando-se a sintonia dos trabalhos de nosso Governador Jaime Lerner e, que em sinergia, atribuímos o nosso apoio aos trabalhos que serão desenvolvidos pelos recém-nomeados naquelas Pastas de Estado, a saber:

- Senhor Secretário Rubens Abrahão Tanure - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Formado em Direito pela Universidade Santa Cruz (Ilhéus-BA), Bacharel em Direito, é ex-Superintendente da Polícia Federal do Estado do Maranhão e do Estado do Paraná. Demonstrou seu valoroso préstimo ao Estado do Paraná como Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, onde passa agora a titular da Pasta.

- Senhor Secretário Pedro Granato Martines - Secretaria de Estado do Trabalho.

Formado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá, foi Diretor da Associação Comercial de Maringá por 10 anos além de integrante do Conselho de Desenvolvimento de Maringá. Empresário do ramo imobiliário e da construção civil.

- Senhor Secretário José Cid Campêlo Filho - Secretaria de Estado de Governo.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Advogado, foi Procurador da Prefeitura Municipal de Curitiba, na gestão de 1990 do então Prefeito Senhor Jaime Lerner, foi Diretor da Secretaria do Planejamento, e Diretor Geral da Casa Civil, quando o ex-Prefeito Rafael Greca comandou estas Pastas no Governador Jaime Lerner.

- Senhor Secretário Eduardo Franciaco Sciarra - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

É Engenheiro Civil formado no Estado de São Paulo, é Sócio-Diretor da Construtora Formato e da Formato Empreendimentos Imobiliários, com sede em Cascavel.

- Senhor Secretário Manoel Cândido Martins de Oliveira - Secretaria de Estado da Casa Civil.

Bacharel em Direito, formado pela Universidade Federal do Paraná, já foi Chefe de Gabinete da Assembleia Legislativa e da Secretaria de Educação; Deputado Estadual; Chefe da Casa Civil e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Esta homenagem de apoio, será a justa retribuição para o trabalho marcante e competente, dos homenageados, que vêm prestar contribuição determi-

nante para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor JONI PAULO VARISCO, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor Doutor CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Ple-

nário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Casa Civil, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor Doutor EDSON LUIZ VIDAL PINTO, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor Doutor EDUARDO ROCHA VIRMOND, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Cultura, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor PEDRO GRANADO MARTINES no cargo de Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor RUBENS ABRAHÃO TANURE, no cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO, no cargo de Secretário de Estado do Governo, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor EDUARDO SCIARRA no cargo de Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA, no cargo de Secretário de Estado da Casa Civil, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor EDUARDO ROCHA VIRMOND no cargo de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de congratulações pela posse da Senhora LÚCIA MARIA GLUCK DE CAMARGO no cargo de Secretária de Estado de Secretária de Estado da Cultura, cargo no qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata deste Poder Legislativo e formulados ao Secretário Especial da Política habita-

cional, Excelentíssimo Senhor Rafael Bernardo Dely, voto de congratulações e aplausos pelo atuante trabalho em promover o assentamento dos trabalhadores rurais no campo, através dos 209 convênios firmados para a implantação do Programa Habitacional de Vilas Rurais no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tal iniciativa, altamente elogiável, preconiza a ação política do Governo Jaime Lerner em encontrar, através das Vilas Rurais, uma solução inteligente visando promover o assentamento dos bóias-frias no campo, oferecendo-lhes moradia digna e terra para plantio das subsistência das famílias e vender o excedente.

Com isso, as famílias garantem trabalho e renda nos períodos de entressafra, evitando o êxodo rural para os grandes centros urbanos.

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente de voto de congratulações ao pujante Clube Ponta-Lagoa, situado na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, que no último dia 31 de outubro de 1997, onde efetivou-se a fusão do Clube Pontagrossense e do Clube da Lagoa, gerando uma nova entidade, agregando os sócios de ambas as instituições, bem como absorvendo os patrimônios respectivos.

Diante desta realidade, o Clube da Ponta-Lagoa beneficiará os associados com maior engrandecimento e valorização da nova instituição sócio-recreativa daquele município do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal FRANCIS EMI E CLAUDAMIR DEMETERCO REGIANE, que completou 25

anos de união conjugal, celebrando "BODAS DE PRATA".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal TADEU DEMINSKI e ENEDINA DEMINSKI, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "BODAS DE PRATA".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal RITA PALKOSKI e SILVESTRE PALKOSKI, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "BODAS DE PRATA".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor e congratulações ao "Diário Popular", alusivos à passagem dos 35 anos de existência, mantendo um jornalismo sério e de qualidade editorial.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Abdo Aref Kudri, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de novembro, 1.190, Centro, CEP 80060-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Diretoria eleita da COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata Ltda., do Município de Cafelândia-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente assumiu a nova Diretoria da COPACOL, com a grande missão de bem administrar uma das cooperativas mais bem estruturadas no Estado do Paraná.

Com a sua sede localizada no Município de Cafelândia, Oeste do Estado, e com grande credibilidade perante seus associados, esta cooperativa ao longo dos anos tornou-se uma empresa séria que em muito tem contribuído para alavancar a agricultura e o comércio dos municípios onde ela está implantada.

Através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Paraná parabeniza a Diretoria eleita e já empossada, desejando-lhes sucesso nesta empreitada e esperamos que estes administradores consigam, não somente dar continuidade aos trabalhos lá desenvolvidos, como também melhorar naquilo que for possível.

REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, título de Moção de Honra, ao Senhor Doutor Henrique Pansini Gonçalves, pelos relevantes serviços prestados à coletividade há mais de dez anos.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Álvaro Henrique Pansini Gonçalves, para o qual proponho o título de Moção de Honra, é natural de Curitiba, nascido em 15.01.58, residente e domiciliado nesta Capital, solteiro, formado em Medicina, é filho do Senhor Ângelo Bento Schultz Gonçalves e da Senhora Manda Pansini Gonçalves.

O Doutor Álvaro, que presta relevantes serviços à coletividade, por mais de dez anos, especialmente pessoas menos favorecidas, oferecendo-lhes seu trabalho profissional, em vários bairros desta Capital, bem como em diversos municípios de nosso Estado, demonstrando, com essa atitude, ser possuidor de alto espírito de solidariedade humana, tratando assim, seu semelhante, como a si mesmo.

Pelo exposto é que proponho, seja concedido o título de Moção de honra ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Senhor DERCÍSIO RODRIGUES DA SILVA, líder popular na Cidade de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à sua comunidade e às crianças e adolescentes de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Dercísio Rodrigues da Silva, natural de Almenara-MG, nascido em 08 de abril de 1934, casado com Demerci de Almeida Silva, com que formou uma família com cinco filhos: Josiel, Noemi, Júlio, Paulo e Zilda.

Dercísio, como é conhecido em sua comunidade e nos movimentos populares no Paraná, reside em Curitiba desde 1966. Foi em 1974, em Santo André, que iniciou sua militância nos movimentos populares, coordenando a Associação de Moradores da região que morava.

Dercísio é o exemplo de cidadão. Profissionalmente coleta papel velho na cidade para o sustento familiar e completa sua vida na dedicação às causas populares, coordena no Paraná as atividades do Movimento de Defesa dos Favelados - MDF, entidade nacional que luta pelo direitos das famílias que residem em favelas.

Através do MDF, transformou sua residência, na Vila das Torres (antiga Vila Pinto), numa creche. Inicialmente em construção de madeira coletada nas ruas. Hoje as instalações são em alvenaria e de boa qualidade, sendo referência de creche comunitária, abrigando aproximadamente 70 crianças.

Seu espírito de solidariedade e dedicação aos mais necessitados extrapola sua comunidade e a cidade. Dercísio e sua família estão em fase final de construção de mais uma creche com recursos próprios e colaboração da comunidade, desta vez no Município de Almirante Tamandaré, em terreno doado pela Prefeitura Municipal.

Sua atuação popular não fica só na assistência às crianças. É membro titular eleito do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, representando os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, onde é reconhecido como um exemplar conselheiro, é também membro do Conselho do Hospital Geral do Portão.

Em dezembro de 1997, Dercísio foi eleito para o Conselho Tutelar da Criança e Adolescente - Regional da Matriz - Curitiba, tendo recebido naquele pleito uma das maiores votações. Este resultado foi obtido devido seu intenso trabalho em defesa das crianças.

Como reconhecimento de seu espírito de solidariedade e dedicação às famílias carentes de Curitiba e Região Metropolitana, esta Casa de Leis presta esta pequena homenagem a este homem que é exemplo de cidadania e colaborador da elevação da qualidade de vida das crianças do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor FRANCISCO LEANDRO HERRERO RUIZ, nascido aos 12.03.1908, em Frigiliana, Província de Málaga, Espanha.

Veio para o Brasil em 1912, residiu em São Paulo até 1935, quando mudou-se para a Cidade de Rolândia-PR. Em 19.11.35 casou-se com a Senhora Rosa Gonzales (falecida em 1994), e dessa união nasceram 03 (três filhos: Maria Elena Herrero Gonzales, Francisco Herrero Gonzales e Justa Herrero Martins, que lhes deram 05 (cinco) netos.

Morou em Rolândia até 23.01.63, depois em Cianorte-PR e em 17.09.88 passou a residir em Curitiba até os dias de hoje.

Homem honrado, pai de família exemplar, desde criança foi lavrador, seguindo por toda sua vida essa profissão, a qual desempenhou com muito esforço e dedicação. Aposentou-se pelo Fundo Rural. Criou seus filhos com amor, respeito, carinho, orientando-os sempre da melhor forma possível a fim

de seguirem suas vidas baseando-se na moral e dignidade.

Ao completar 90 anos de vida no dia 12 próximo vindouro, seus filhos querem demonstrar a ele todo o agradecimento, admiração e respeito que sentem pelo querido pai e nos buscaram para que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta colenda Casa de Leis, essa data tão importante. São 90 anos de existência que devem ser comemorados com muita alegria e felicidade.

Nos somamos aos seus filhos nessa homenagem ao Senhor Francisco, desejando-lhe muita paz, saúde e muitos anos de vida. Que Deus lhe abençoe e proteja sempre!

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A Mesa, após ouvida e douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, o aplauso deste poder a Doutora SANDRA REGINA SPANOTTO, digníssima Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Londrina, que no último dia 07 de março de 1998, tomou posse na Presidência daquela entidade, em solenidade da Associação Atlética do Banco do Brasil, em Londrina/PR.

A presente solicitação é uma justa homenagem em reconhecimento aos seus bons préstimos, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Advogados do Brasil, é entidade de determinante importância na vigilância e na afirmação de liberdade das instituições democráticas brasileiras e paranaenses.

A eleição da homenageada para o biênio 1998/2000, denota a relevância de seu trabalho nos Municípios de Londrina, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí.

Esta homenagem de apoio, será a justa retribuição para o trabalho marcante e competente, da Presidente, que presta contribuição determinante para o desenvolvimento da região que tenho a honra de representar.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvida do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, o aplauso deste Poder ao Senhor DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA, Presidente da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná (Rodovia do Café, s/n - Caixa Postal 73, Paranavaí-PR) pela brilhante passagem da 27ª Feira Exposição Agropecuária de Paranavaí, organizada por aquela entidade, que se realizou entre os dias 27 de fevereiro a 08 de março de 1998, em Paranavaí.

A presente solicitação é uma justa homenagem de toda a comunidade agropecuária da Região Noroeste do Estado do Paraná, em reconhecimento aos seus bons préstimos, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Rural do Noroeste do Paraná é destacada representante da sociedade produtiva do Noroeste do Paraná, congregando todas as categorias geradoras do desenvolvimento da Região Noroeste, em todos os seus municípios.

O Senhor Deusdete Ferreira de Cerqueira, a frente daquela entidade, sempre com destacado desempenho por seu dinamismo e espírito empreendedor, fomenta e valoriza o desenvolvimento econômico da Região, através desta 27ª Exposição Agropecuária.

A entidade, detentora do Parque de Exposições Presidente Artur da Costa e Silva, pelo empenho de seu Presidente, é dotado de boxes destinados aos expositores pecuaristas, agricultores, pequenas indústrias e manufaturas, artesãos, e todos os representantes da expressão econômica da Região.

Esta homenagem de apoio será a justa retribuição pelo trabalho marcante e competente, do Presidente, que presta contribuição determinante para o desenvolvimento da Região que tem a honra de representar.

REQUERIMENTO Nº 237-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de congratulações ao Pastor José Pimentel de Carvalho, pelos 36 anos de Pastorado, e como líder da Igreja Evangélica Assembléia de Deus desta Capital.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente homenageado, é uma pessoa muito respeitada e conhecida no meio religioso, e que há 36 anos é presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, nesta Capital, onde vem realizando trabalho de grande destaque em nosso Estado, é Cidadão Honorário de Curitiba, Cidadão Honorário do Estado do Paraná, e Presidente de diversas entidades sociais, tais como Sociedade Evangélica Betânia, que atende a idosos, creches e orfanatos.

O bom testemunho de uma vida dedicada ao trabalho pastoral, é comprovado também fora de nosso Estado, como Presidente da Convenção Geral das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Brasil, indubitavelmente merece a admiração e reconhecimento de toda sociedade, o que nos honra e motiva a presente indicação.

REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de louvor ao Presidente da Cooperativa Agrícola de Cascavel - COOPAVEL, Senhor Dilvo Grolli, pela realização do Show Rural, realizado entre os dias 09 a 13 de fevereiro de 1998.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 09 a 13 de fevereiro do ano em curso, a Cooperativa Agrícola de Cascavel - COOPAVEL, realizou em sua sede, o maior Show Rural do Brasil. O evento serviu para levar ao conhecimento dos agricultores a última tecnologia em máquinas e implementos agrícolas.

As privilegiadas pessoas que participaram do encontro, assistiram também inúmeras palestras instrutivas

onde era apresentado as novas técnicas que certamente contribuirão para a viabilidade da vida no campo.

A iniciativa da COOPAVEL merece o nosso elogio, afinal ela apresentou propostas claras e objetivas para o fortalecimento da agricultura, como também para a fixação do homem no campo.

A Assembléia Legislativa, através deste Parlamentar, presta uma justa homenagem a Cooperativa que, de forma expressiva, contribuiu mais uma vez, com o fortalecimento da agricultura estadual.

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Procurador Geral da Justiça, Senhor Olímpio de Sá Sotto Maior, solicitando providências enérgicas e imediatas, para eliminar a existência das chamadas "torcidas organizadas" em todos os clubes paranaenses.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento tem por escopo a procura de instrumentos que coibam a proliferação de atos de violência e vandalismo entre torcedores de clubes e times de futebol, dentro e fora dos estádios. Seguidamente, somos surpreendidos com o noticiário dando conta da participação das chamadas "torcidas organizadas" em práticas condenáveis, que colocam em risco a integridade física das pessoas, ao mesmo tempo em que a ação de marginais infiltrados nessas torcidas provoca a dilapidação do patrimônio público, com a depredação de ônibus e estações-tubo.

Os lamentáveis e deprimentes fatos registrados no último domingo, quando a torcida organizada "Os Fanáticos", do Clube Atlético Paranaense, promoveu um verdadeiro quebra-quebra num posto de gasolina no Município de Irati, quando uma borracharia foi selvagemmente incendiada, restaurante e lanchonete depredados e, por pouco, o próprio posto de gasolina não vai pelos ares. São a gota d'água que leva este Parlamentar a solicitar a Procuradoria Geral da Justiça do Paraná

ações rápidas e enérgicas tendentes a eliminar do futebol essa instituição nefasta chamada "torcida organizada" que, pela violência empregada nas manifestações anti-esportivas, afastando dos estádios torcedores e famílias, presta um desserviço ao nosso futebol, tratando-se na verdade, de um verdadeiro caso de polícia.

REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, RUBENS ABRAHÃO TANURE, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a reforma, com urgência, no prédio que sedia a 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, bem como nas instalações do mini-presídio.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a reforma, com urgência, no prédio que sedia a 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, bem como nas instalações do mini-presídio.

Estas reformas que ora solicitamos são de fundamental importância, pois o mini-presídio encontra-se em precárias condições, facilitando a fuga de presos, que tem se tornado uma constante, causando enormes transtornos à população.

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, HEINZ GEORG HERMIG, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, na rodovia PR-364, que liga os Municípios de Altamira do Paraná, Laranjal e Palmital.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Altamira do Paraná, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-364, trecho que liga Altamira do Paraná, Laranjal e Palmital.

Esta pavimentação que ora solicitamos, é de suma importância para a integração daquela região com o Sul do Paraná, encurtando caminhos rumo ao "Anel de Integração", programa implantado pelo Governador Jaime Lerner.

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER que a Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a imediata instalação das Delegacias Especiais criadas através das Resoluções nºs 905/95, 903/95 e 901/95.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Através de tais resoluções, o então Secretário de Segurança Pública Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, criou várias Delegacias Especiais no interior do Estado, sendo elas: Anti-Tóxicos, de Furtos e Roubos de Veículos, da Criança e do Adolescente e da Mulher.

Assim procedeu atendendo reivindicação da sociedade e do Poder Legislativo, onde vários Deputados atendendo reivindicações das suas bases, solicitaram a criação, ora através de Requerimentos, ora através de projetos autorizatórios.

Decorridos quase 03 anos no entanto, estas Delegacias ainda não foram instaladas, apesar do excelente trabalho realizado pela Secretaria de Segurança Pública, tais unidades constituem equipamentos essenciais para a consolidação da estratégia da segurança do Estado.

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor SEGISMUNDO

MORGENSTERN, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando ampliação na Escola Estadual Tiradentes - Ensino de 1º Grau, com a construção de 1 sala de laboratório; biblioteca e 1 sala de aula.

Do aprovado requer ainda seja comunicado aos Senhores Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal e Vereador Pedro Tolentino da Silva (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080 - Umuarama); Carlos Roberto de Arruda, Diretor do Estabelecimento de Ensino e Glênio José Reis, Presidente da APM (Rua Afonso Pena, 3605 - CEP 87504-120).

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta fundamenta-se em expediente recebido do Legislativo Municipal de Umuarama, através do Vereador Pedro Tolentino da Silva, onde também encaminha ofício da Escola Estadual Tiradentes, justificando a pretendida ampliação.

A obra em questão possibilitará a criação do ensino médio no estabelecimento de ensino, visando a facilidade de ensino a uma média de 150 alunos, que residem nas proximidades.

Desta forma, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente cumprimentando o jornal "Diário Popular", pela passagem do 35º aniversário de fundação representado pela pessoa de seu Diretor, jornalista Abdo Aref Kudri, pelos 49 anos de jornalismo, prestando serviços a sociedade paranaense.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pelo transcurso de seu 35º aniversário de fundação.

O referido órgão de imprensa tem se constituído num baluarte em defesa da democracia e da cidadania, seguindo uma linha de completa independência e respeito na divulgação de seu noticiário.

Requer, também, este Parlamentar, voto de congratulações ao jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor-Proprietário desse conceituado órgão de imprensa, pelos seus 49 anos de jornalismo, feito com agilidade e segurança em defesa da causa popular.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, e encaminhado expediente ao HOSPITAL ERASTO GAERTNER de Curitiba, cumprimentando a sua Direção e Corpos Clínico e Administrativo pelo recebimento do Certificado ISO 9002, alcançado graças ao desempenho do seu Banco de Sangue.

Como se sabe, este hospital é um verdadeiro referencial no tratamento do câncer no Brasil, sendo que o seu Banco de Sangue possui um invejável cadastro de aproximadamente 700 doadores, realizando cerca de 1.000 transfusões de sangue por mês.

Além do mais, o referido hospital tem realizado uma média de dois transplantes de medula mensalmente.

Por ser essa uma razão de orgulho para o Paraná e os paranaenses, justifico o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expedi-

ente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido da Senhora Romilda Pereira Franco, residente na Quadra 10, Casa 85 - Jardim Viviane - Campo Magro, a qual solicita mais ônibus na linha desse município aos sábados.

Vários moradores trabalham em Curitiba e aos sábados os horários são mais prolongados, causando muitos problemas para os usuários que têm horário para cumprir.

O atendimento do presente será de grande benefício para a comunidade.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Senador ARLINDO PORTO e ao Excelentíssimo Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado HUGO H. BIEHL, solicitando especial empenho e determinação de efetivas providências para a securitização ou renegociação dos financiamentos de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para os contratos de investimentos na suinocultura e outros não contemplados nos programas anteriores, considerando que centenas de produtores não puderam securitizar seus contratos por questão de dias e este fato acarreta uma diferença de até 20% (vinte por cento) nos encargos financeiros.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem a presença de Vossa Excelência, para solicitar a melhoria das estradas que dão acesso à Fazenda Roseira, no trecho compreendido entre o asfalto até o Rio dos Patos, aproximadamente 8 km, no Município da Lapa.

Limitado ao exposto e contando com sua valiosa atenção, valho-me da oportunidade para reiterar os protes-

tos da mais elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em uma residência abandonada localizada à Rua Valdomiro Silveira, 515 - Boa Vista, tendo em vista que a mesma encontra-se cheia de mato em seu terreno e marginais estão invadindo-a, dormindo na mesma e isso tem causado muito medo e apreensão aos moradores das proximidades.

Os moradores do local é que fazem tal pedido, uma vez que já comunicaram a proprietária dessa casa e nenhuma providência foi tomada. É necessário a presença de policiais a fim de resolver o problema e proporcionar segurança aos moradores.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido da Senhora Zidavina Becker, residente na Rua Apucarana, 207 - Jardim Guaraituba - Colombo, solicita a colocação de cobertura no ponto final.

Será um grande benefício para todos os usuários, uma vez que ficam expostos à ação do tempo.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JADME TADEU

LECHINSKI, Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando relatório das despesas realizadas com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando o nome dos veículos publicitários, conforme compõe a Lei nº 10.821/94 e a Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 10.821 de 1994, em anexo a este Requerimento, todas as despesas com a produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidades pagas, dos órgãos da Administração Estadual Direta, Empresas Públicas, Autarquias, Empresas de Economia Mista e Fundações, feita através de agência de publicidade e dos meios de comunicação de massa escrito, falado e televisionados, têm que ser anualmente publicadas, em veículo de expressiva circulação em seu âmbito de alcance, até o dia 30 de janeiro subsequente ao exercício.

Como, até o dia 21 de fevereiro do corrente ano, não houve publicação nesse sentido, em "veículos de expressiva circulação em seu âmbito de alcance", como cita a lei, venho solicitar a aprovação do presente Requerimento pelos Senhores Parlamentares considerando que se trata de assunto extremamente importante para esclarecimento da opinião pública do nosso Estado, bem como para fim de cumprimento da Constituição Estadual.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do douto Plenário plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal, sobre a criação do Município de Juvinópolis, com território a ser desmembrado de Cascavel e Catanduvas, com as seguintes divisas:

"Com o Município de Lindoeste: inicia no encontro da divisa entre a Colônia Tormenta e a Colônia Timburi com o Rio Andrada, sobe por este até

encontrar a divisa entre as glebas 02 e 05 da Colônia Paz.

Com o Município de Cascavel: inicia no encontro da divisa entre as glebas 02 e 05 da Colônia Paz com o Rio Andrada, sobe por este até encontrar a divisa entre a gleba 5 e a gleba 1, 2ª parte da Colônia Tormenta, segue por esta divisa até encontrar o Rio Arquimedes, por este até encontrar a foz do Arroio Pinhalzinho, sobe por este até a foz do Córrego Boi Morto, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral nordeste até o entroncamento da PR-180 com a estrada Castelo Branco, segue por esta estrada até encontrar o Córrego Castelo Branco, desce por este até sua foz no Rio Tormenta.

Com o Município de Catanduvas: inicia na foz do Córrego Castelo Branco no Rio Tormenta, desce por este até a foz de um afluente contravertente do Arroio Alambique, sobe por este afluente até sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Alambique, desce por este até sua foz no Rio Adelaide.

Como o Município de Três Barras do Paraná: inicia na foz do Córrego Alambique no Rio Adelaide, desce por este até encontrar a divisa entre a Colônia Tormenta e o Imóvel Andrada, segue por esta divisa até encontrar o Rio Tormenta, desce por este até encontrar a divisa da Colônia Tormenta com a Colônia Timburi.

Com o Município de Boa Vista da Aparecida: inicia no encontro do Rio Tormenta com a divisa entre a Colônia Tormenta e a Colônia Timburi, segue por esta divisa até encontrar o Rio Andrada."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(aa) NEREU MOURA

EDGAR BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 035/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, constitui-se em importante elo de representação da classe trabalhadora no Estado do Paraná, salientando que a mesma possui em sua filiação 32 (trinta e dois) sindicatos das mais diversas categorias, considerando tratar-se de Federação eclética, filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Entre suas atividades, constata-se o atendimento aos seus filiados através dos serviços de assistência jurídica, sendo celebradas convenções e acordos coletivos de trabalho para os inorganizados em sindicatos, prestando ainda, consultoria referente aos processos de arrecadação sindical.

Estas e demais atividades realizadas pela referida Federação contribuem para a minimização do universo de carências do trabalhador brasileiro.

Face ao elevado caráter social de que é revestido o presente projeto, solicitamos o reconhecimento da referida instituição como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 036/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "S.O.S. VIDA" Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolatras de Pato Branco - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O "S.O.S VIDA" Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras de Pato Branco - PR terá o importante papel de promover a recuperação de toxicômanos e alcoólatras, através de grupos de apoio e de internamento, onde receberão toda a assistência necessária para a sua recuperação e posterior reintegração na sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 037/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ACOA - Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS, com sede e foro em Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A ACOA - Associação Curitiba dos Órfãos da AIDS, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR, Rua Isaac Guelmann, 11 - Novo Mundo, que tem por objetivo:

1. manter casas (unidades) para abrigar crianças desamparadas, órfãos de pais portadores do HIV/AIDS, já falecidos, possibilitando-lhes melhoria de qualidade de vida e consequente estímulo ao próprio existir;
2. estimular a solidariedade em todas as dimensões, desde que se dirige ao doente de AIDS, até a que garante a todos o direito de informação ampla e democrática.

Fundada em 25.05.95, está inscrita no CGC sob o nº 00.923.394/0001-50, e desde então vem exercendo suas funções estatutárias com empenho e dedicação.

Sua última diretoria foi eleita no dia 03.04.97 e todos os seus membros não são remunerados e não recebem bonificações, lucros ou vantagem a qualquer título.

A ACOA - Associação Curitiba dos Órfãos da AIDS já é declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 9.064/97 de 26.05.97, publicada no DOM nº 40 de 03.06.97 e já possui cadastro junto ao Tribunal de Contas do Paraná.

Em anexo, os documentos previstos na Lei nº 6.994 com as alterações da Lei nº 8.589.

PROJETO DE LEI Nº 038/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os Reitores e vice-Reitores das Universidades Estaduais e os Diretores das Faculdades Estaduais Isoladas e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reconduzidos para um único período subsequente.

Art. 2º - Os ocupantes dos referidos cargos devem participar da consulta à comunidade universitária, com base na qual será formulada a lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente, como determina a Lei nº 8.345, de 21 de julho de 1986.

Art. 3º - Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, os Estatutos e Regimentos das Instituições de Ensino Superior Estaduais deverão sofrer as modificações pertinentes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.345, de 21 de julho de 1986, que prevê consulta à comunidade universitária para a formulação da lista de nomes, indicada pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente, visando a escolha dos Reitores e vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais Isoladas, é um importante avanço para a plena autonomia das instituições de ensino superior.

Trata-se de antiga e histórica aspiração da comunidade universitária, fundamental para o desenvolvimento das atividades didáticas, científicas, culturais, de pesquisa e extensão das nossas universidades e faculdades.

O que não impede, ao contrário, estimula, a busca constante do aperfeiçoamento, sempre em sintonia com os anseios da comunidade universitária.

A mudança na Constituição Federal, que permite a reeleição dos ocupantes dos cargos executivos nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, sugere a necessidade de incorporar-se este princípio ao processo de escolha dos dirigentes das universidades e faculdades.

Este é o objetivo do presente Projeto de Lei, para o qual confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 039/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterada a redação dos incisos I e IV, do art. 2º da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

I - da cota pertencente ao Estado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

II - ...

III - ...

IV - do valor referente ao total dos depósitos mantidos na conta da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e dos rendimentos referentes à movimentação dessa conta;"

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal em seu art. 20 confere aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, assim como aos órgãos da Administração Direta, a participação no resultado de recursos minerais ou uma compensação financeira por essa exploração.

Outrossim, o art. 176 da mesma Carta deixa claro que os recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem a União, garantida ao concessionário a propriedade do produto lavra.

Assim sendo, a participação no resultado da exploração ou compensação financeira é constitucionalmente pre-

vista para a remuneração do uso do bem público.

A Lei nº 4.425, datada de 08 de outubro de 1964, criou o Imposto Único sobre os minerais e determinou em seu art. 6º, que o produto resultante da arrecadação seria de: 10% para a União; 70% para os Estados e Distrito Federal; e 20% para os Municípios. Esta lei encontra-se revogada pela Constituição Federal. Contudo, a Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, criou a MINEROPAR - Minerais do Paraná S/A, cita que o Fundo Paranaense de Mineração (criado por esta mesma lei) é constituído, entre outros de seus itens, pela cota do Imposto Único sobre Minerais pertencentes ao Estado. Com a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, definiu-se os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Lei dos "Royalties"), fixando em 23% (vinte e três por cento) para os Estados e Distrito Federal a distribuição da compensação financeira.

Assim sendo, pelo acima exposto, urge a necessidade de se coadunar a Lei nº 6.938/77 com a nova realidade legal e constitucional.

PROJETO DE LEI Nº 040/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Casa de Repouso Vovó Joana, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa de Repouso Vovó Joana presta relevantes serviços a comunidade do Bairro do Parolin e região, principalmente os idosos, que são tratados com carinho e recebem moradia e alimentação dos abnegados diretores da entidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 041/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União, com sede e foro na Cidade de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila União, da Fazenda Rio Grande, que proponho que seja declarada de Utilidade Pública foi criada em 17 de dezembro de 1995, pelos moradores daquela localidade, com objetivo de desenvolver programas nas áreas de assistência social, educacional, cultural, esportivas, entre outros de interesse dos moradores.

A Associação é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estando com seus Estatutos registrados sob nº 1091, livro A/2, em 02 de maio de 1996. A Associação está inscrita no CGC/ME sob nº 01.189.122/0001-30, estando em pleno e regular funcionamento, em cumprimento ao disposto no seu Estatuto.

A Associação d Moradores da Vila União, além de desenvolver programas nas áreas mencionadas, visando a consecução de seus objetivos, realiza também programas de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados à assistência social e educacional, em cooperação com organismos públicos e entidades afins.

Face ao exposto e considerando o que a entidade em pauta, se propõe a realizar em prol das pessoas carentes, considerando também o que dispõe a legislação pertinente, sendo estas as razões que levaram o encaminhamento do presente Projeto de Lei, visando ajudar a entidade referida, a se organizar, para melhor desenvolver seus programas e conseguir recursos junto aos órgãos públicos.

PROJETO DE LEI Nº 042/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Casa Familiar Rural de Grandes Rios, com sede e foro na localidade de Ribeirão Bonito, Município de Grandes Rios - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Casa Familiar Rural de Grandes Rios, tem um caráter familiar e sua duração é ilimitada.

Sua sede social é Ribeirão Bonito, Município de Grandes Rios, podendo ser deslocada por simples decisão do Conselho de Administração.

A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o Município de Grandes Rios.

A Associação tem como objetivos fornecer às famílias que dela são membros, possibilidades de:

1. Exercer seus direitos e assumir suas responsabilidades, nomeadamente no que diz respeito a educação, formação profissional geral, moral e social dos jovens que frequentam a Casa Familiar Rural, bem como a educação espiritual correspondente às opções de cada familiar;
2. Realizar a criação, a gestão e a responsabilidade legal, moral e financeira de uma ou várias Casas Familiares Rurais;
3. Assegurar eventualmente a possibilidade de realizar todas as atividades que tem caráter educativo social e familiar.

A Associação adota para a criação e funcionamento da Casa Familiar Rural, os seguintes meios e métodos:

1. A organização dos pais em associações responsáveis pela Casa Familiar Rural;
2. A distribuição de repasses e moças em grupos de 12 a 25 alunos aproximadamente, por sessão e internato na Casa Familiar Rural;
3. A Associação poderá adquirir ou alugar terrenos e locais necessários a realização dos projetos da Associação, bem como pedir emprestado ou emprestar somas, igualmente necessárias a concretização deste projeto, e igualmente assinar convênios com órgãos federais, estadu-

ais, municipais e entidades filantrópicas, visando a manutenção da Casa.

Cabe ressaltar aqui que a Casa Familiar Rural foi criada através da Lei nº 10442 de 30 de agosto de 1993, Projeto de Lei nº 112/93 de nossa autoria e que a Associação da Casa Familiar Rural foi instituída para assegurar os direitos e deveres das atividades oriundas da implantação do projeto.

Exposto isto e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual foi constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta o Parlamento com apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 043/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Anita Canet" - EPG, com sede e foro na Cidade de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Anita Canet" - EPG, que ora encaminhamos para que seja publicada de Utilidade Pública, foi constituída pelos Professores, Pais e Alunos da Escola referida, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas de assistência social, educacional, cultural e esportivas, visando o atendimento dos educandos, educadores, pais e comunidade escolar no todo, com o desenvolvimento integral do ser humano.

A Associação é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estando registrada sob nº 1034, livro AN/2, de pessoas jurídicas, em 11 de agosto de 1995 e cadastrada no CGC/ME 00.758.372/0001-81, estando em pleno funcionamento, em cumprimento ao disposto em seu Estatuto.

A Associação em pauta, além de desenvolver programas nas áreas mencionadas, visando o atendimento de sua clientela, desenvolve também programas de interesse comunitário, em convênio com órgãos públicos e entidades privadas, cooperando desta forma para o desenvolvimento da comunidade, nas áreas de sua atuação.

Face ao exposto e considerando o que a instituição desenvolve em prol das pessoas carentes, considerando também o que dispõe a legislação pertinente, razões pelas quais nos leva a encaminhar o presente Projeto de Lei, visando ajudar a instituição em apreço, desenvolver melhor seus programas, também conseguir recursos junto aos organismos públicos e entidades afins.

PROJETO DE LEI Nº 044/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores e Desenvolvimento Comunitário do Pirapó, "ACADERPI", com sede provisória na Gleba Pirapó, Estrada de Apucarana, Comarca de Apucarana, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores e Desenvolvimento Comunitário do Pirapó, "ACADERPI", com sede provisória na Gleba Pirapó, Estrada em Apucarana, Comarca de Apucarana, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade da comunidade formada pelos pequenos e médios agricultores da região que será imensamente beneficiada, através do trabalho desenvolvido pela referida entidade.

PROJETO DE LEI Nº 045/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada de Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia, a Vila Rural de Mandiocaba, localizada

no Distrito de Mandiocaba, no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O homenageado José Dolvino Garcia, está ligado à terra como agricultor, pecuarista, produtor, e de forma pioneira, com a localidade de Mandiocaba.

Casado com a Professora Eralda Damineli Garcia, formando um casal exemplar, Secretária Municipal de Educação, hoje viúva, ganhou a simpatia, a confiança e o respeito dos moradores do local, onde ainda moram sua viúva, suas filhas, irmãos, mãe e outros familiares.

O saudoso Vereador José Dolvino Garcia e sua família, sempre se dedicaram a localidade de Mandiocaba, e contribuíram muitos anos com o desenvolvimento social e econômico do lugar.

Sempre colaborou com todas as atividades políticas e sociais de interesse dos cidadãos de Mandiocaba, contribuindo durante muitos anos com o desenvolvimento social e econômico do lugar.

Na vida moral cultivou grandes amizades, por sua postura ética e moral.

Sua grande virtude sempre foi o trabalho e, com ele conseguiu, como homem de fé, ser exemplo de dignidade, capacidade de trabalho, honradez, dedicação e amor ao semelhante.

O legado de um grande trabalho, nos dias de hoje, nos estimulam a prosseguir, buscando dias melhores para nossa gente.

Denominar aquela Via Rural com seu nome, no Distrito de Mandiocaba, no Município de Paranavaí, é uma justa homenagem a este saudoso cidadão paranavaense e pelo acolhimento deste projeto, os moradores do Distrito de Mandiocaba se sentirão orgulhosos por esta homenagem póstuma.

Pelo exposto, conto com a acolhida dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento das tarifas de pedágio, na Ponte de Guaíra e nas Praças de Pedágio das rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado do Paraná e concessionadas à iniciativa privada, os caminhões com dois ou mais eixos que estejam registrados e licenciados nos DETRAN's do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se como caminhões os seguintes veículos:

- I - Caminhão leve
- II - Caminhão trator
- III - Caminhão trator com semi-reboque
- IV - Caminhão com reboque.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná, ao implantar a concessão de rodovias estaduais e federais delegadas às empreiteiras e à adoção do sistema de pedágio, penaliza a sociedade paranaense de duas maneiras.

A primeira, de forma direta e individual, quando obriga o cidadão a pagar tarifas de pedágio quando se deslocar no território paranaense, seja em veículo próprio ou no sistema de transporte coletivo interurbano.

A segunda, de forma indireta e com caráter coletivo, tendo em vista que o pedágio irá encarecer o frete do transporte de cargas, com reflexos imediatos sobre o preço dos produtos para o consumidor final e a perda de rentabilidade e competitividade para os setores produtivos do Estado.

Comprovação desta afirmação está demonstrada em recente estudo feito pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, o qual demonstra que a instituição da cobrança de pedágio nas estradas do Estado irá provocar um acréscimo médio de 3,5% sobre os custos de produção da soja e de 5,8% sobre os custos de produção do milho. O mesmo estudo revela ainda que o impacto do pedágio nos custos de produção representa cerca de 20% sobre os ganhos do produtor de milho do Estado. A OCEPAR alerta que a cobrança do pedágio implicará na mudança do

tipo de transporte para a movimentação da safra e a busca de portos alternativos ao Porto de Paranaguá.

A isenção da cobrança de pedágio para os caminhões licenciados no Paraná e Mato Grosso do Sul é, portanto, plenamente justificável porque minimizará os impactos negativos sobre as atividades econômicas no Estado do Paraná, principalmente em relação a agricultura, recuperando a competitividade sistêmica do Estado em relação às outras unidades federativas, corrigindo em parte o equívoco do Governo do Estado ao adotar o sistema de pedágio.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de colocar, a pedido do nosso Líder, Deputado Péricles de Mello, o problema que está acontecendo com os trabalhadores de Faxinal do Céu, que entraram em greve. Diz o documento: (Lê)

"Em Assembléia hoje pela manhã, os trabalhadores da Empreiteira Gran Master, prestadora de serviço na área de alimentação, asseio e conservação para a Universidade do Professor em Faxinal do Céu, Distrito do Município de Pinhão, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. Com os salários atrasados desde janeiro, situação que vem se repetindo mês a mês, há mais de um ano, não recebendo as horas extras trabalhadas e outras irregularidades."

Os funcionários revoltados, cruzaram os braços deixando na mão 730 professores que participam de seminários e cursos da Universidade do Professor. A paralisação começou na cozinha e se estendeu por todas as demais instalações e setores.

Os trabalhadores se queixam de não conseguirem, há dois meses, arcarem com os pagamentos, as tarifas públicas e amargam a falta de crédito no comércio local. Alguns exibem os últimos holerites de pagamento com R\$ 64,00 - o maior deles. Muitos, que haviam sido demitidos por reclamarem da situação, participaram do protesto.

Demissões por justa causa estão sendo revistas na Justiça - segundo informação do advogado do sindicato em Pinhão.

Está uma situação muito delicada lá em Pinhão e Faxinal do Céu.

Mas o que me traz à tribuna, é o fato de que há poucos dias atrás houve uma manifestação na entrada da Usina de Salto Caxias, no Oeste do Estado do Paraná, por conta de um movimento chamado MABESC, movimento que reivindica novos direitos com relação à Usina de Salto Caxias, naquelas regiões: Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, por uma questão de justiça e por estar convicto de que o trabalho realizado por mim quando membro acompanhante daquele feito, do impacto social, do impacto ambiental que a construção da barragem resultou para aquela comunidade, tenho que dar o testemunho de como foram os procedimentos adotados pela empresa COPEL. Saliento aqui que continuamos tendo divergências com a empresa, no tocante à questão das concessões de trabalho, do cancelamento das mesmas com as cooperativas de Eletrificação Rural, com relação às tarifas de energia elétrica, mas especificamente do que trata a Usina de Salto Caxias.

Participei por um curto período de tempo - pelo menos da fase final - de uma comissão acompanhada do Deputado Nereu Moura, que era o nosso coordenador - de todos os trabalhos com relação aos impactados, aqueles que sofreram, de uma forma ou de outra, prejuízos sociais, econômicos e ambientais, com a construção da Usina.

Então, um breve histórico para entendermos como se deu esse procedimento. Em 1993, o Deputado Bonaterra, Ovídio Constantino, do Parlamentares, o próprio Deputado Nereu Moura participaram das primeiras audiências e conversas com a COPEL, no sentido de intermediar os prejuízos que causariam para aquela população; prejuízo no comércio, nas Prefeituras, ao meio ambiente, e sobretudo, a população atingida pelas águas da Barragem.

Constituiu-se o grupo de estudo multidisciplinar que estabeleceria então, qual seria o público alvo deste estudo, que critérios seriam adotados para eventuais indenizações, remaneja-

mento, etc..., compensações e ações investigadoras. E na participação dessa discussão entrava a COSACA, que era formada pelos Prefeitos, Associações Comerciais, Vereadores da comunidade, a comissão dos atingidos - que é a Klabin - o Ministério Público, o IAP, a FETAEP, representantes obviamente da COPEL e também a Comissão de Deputados que passaria a acompanhar os trabalhos desse grupo de estudo multidisciplinar.

Em 1995, tem início a primeira mobilização da qual participo, que é uma manifestação quando se começavam as obras de Salto Caxias. Naquele momento, apareciam denúncias que teriam aproveitadores que estariam construindo benfeitorias de imediato nas propriedades, e elencando documentos para se credenciar no processo indenizatório. Para evitar exatamente a picaretagem, ganhou mais força este grupo, que seria uma espécie de filtro entre aqueles legítimos detentores de direito no impacto e aqueles que porventura aparecessem como oportunistas.

Esse filtro ganhou força, que é exatamente esse grupo de estudo multidisciplinar e a própria Klabin, sobretudo, com poder de mobilização.

Em meados de 95 há uma mobilização em Curitiba do "Grito da Terra", e que o Governo do Estado do Paraná adota, juntamente com a COPEL, o critério de comprar terras para os atingidos por licitação. Quer dizer, terras mais baratas seriam compradas. Houve um protesto, participei juntamente com o Deputado Nereu Moura e demais membros da comunidade, Prefeitos, Vereadores, Associações Comerciais e atingidos, numa reunião bastante tumultuada e polêmica no prédio da COPEL e saímos vencedores daquela reunião. Porque a COPEL voltou atrás, anulou aquele processo licitatório e partiu então para um novo critério que havíamos acordado em reunião, que eram os próprios atingidos, comunidades inteiras escolheriam três ou quatro áreas, da sua preferência, para a comunidade toda se mudar e a COPEL iria comprar pelo menor preço das escolhidas, que era um critério razoável.

A desapropriação seria então por decreto do Governador do Estado. Todo mundo assinou esse compromisso, e nesse interregno da escolha das áreas, participamos de várias discussões,

problemas aqui, ali, mas foram acertados. E com a participação nesse interregno também do ex-Deputado Ernani Pudell; com a participação do Presidente da Casa, Anibal Khury; tivemos então um ato público na barragem, estava presente lá eu e o Deputado Nereu Moura, tivemos a assinatura do decreto desapropriatório que era o pior momento dos impactados pelo Governador do Estado, resolvendo grande parte dos problemas.

A partir de então, começaram os processos de reassentamento, com galpões, com infra-estrutura, com assistência técnica para todos os impactados ali escolhidos.

Tivemos então uma última reunião, em final de 96, onde seriam discutidos quais eram os problemas que ficaram para trás, quais eram as famílias que porventura não tinham sido atendidas, que problemas que tinham as Prefeituras que porventura tinham alguma reclamação a fazer, porventura tinha algum desapropriado que não havia sido atendido. E na reunião chegou-se à conclusão unânime de que não era 100% o atendimento dos impactados, mas 99% dos problemas estariam resolvidos. Foi feita esta assembléia e todos concordaram que as ações até desenvolvidas na COPEL, o remanejamento das populações estavam 99% corretas. E assinamos, por isso estamos fazendo esse testemunho aqui. Concordamos, porque não havia ninguém da comunidade, da Associação Comercial, nenhum Prefeito, nenhum Vereador, nenhum Deputado, enfim, ninguém questionando o processo como tinha sido feito até aquele momento.

Assinamos a Ata e concordamos com isso. Após a assinatura da Ata, o que restou para a COPEL era implementar com recursos financeiros todos os acordos até aí feitos. Questão técnica continua. O apoio logístico e operacional às pessoas, as famílias que estão reassentadas, o apoio às Prefeituras, esse trabalho de investimento às comunidades que ficaram fracionadas continuou porque isso que foi acertado. Assinamos um documento e concordamos com todas as cláusulas, e o processo era tido como exemplar.

Tivemos aqui em Curitiba no ano passado o "Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens" e o modelo da COPEL implementado no Salto Caxias foi

elogiado por todos os populares e pelas lideranças como referencial para o mundo. Porque houve uma discussão popular, participação da população - em que pese a COPEL resistir no início - e fizemos mais do que se tem feito em todas as usinas hidrelétricas do mundo, que era exatamente colocar no eixo da discussão a população impactada com a sua legítima organização.

Em dezembro passado tivemos uma reunião extraordinária do grupo de estudo multidisciplinar, e todos foram unânimes em afirmar que o acordo estava sendo cumprido, os procedimentos até aquele momento estavam sendo cumpridos e a operacionalização até aquele momento estavam sendo cumpridos e a operacionalização estava 90% dela em dia - não 100% - por conta das chuvas que atrapalharam as obras na região. Vejamos alguns pronunciamentos naquele momento.

(Lé):

"Deputado Irineu Colombo - Assembleia Legislativa - PR: ressaltou que os programas ambientais implantados pela COPEL na U.H. Salto Caxias são exemplos de qualidade em todo o Brasil, sendo que a estrutura do GEM-CX, no Estado do Paraná, deve ser adotado em todas as obras que resultem em impactos ambientais salutaros, garantindo desta forma o espaço de discussão legítimo e garantindo a participação da sociedade civil organizada e a transparência na realização e tomada de decisões quando da discussão e implantação dos programas ambientais.

Sobre o Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias - MABESC, o Deputado mostrou-se contrário à este movimento, por entender que os critérios de definição do público de reassentamento e indenizações foram intensamente discutidos nos grupos de trabalhos do GEM-CX, tomando o MABESC por oportunista e sem legitimidade para representar os atingidos;

Padre Davi - Nova Prata do Iguaçu: iniciou afirmando que comemora-se com este GEM-CX a 'vitória do diálogo', mostrando seu apoio à forma como a COPEL encaminhou a implantação dos programas ambientais;

Domingos Signorine - Vereador de Boa Vista da Aparecida: relembrou a luta dos atingidos e das instituições que os apoiavam para a conquista de seus direitos, que agora não cabe mais reivindicação para discutir critérios como que o MABESC. Solicitou a revisão de alguns casos para serem atendidos pelo programa de compensação ao comércio;

José Viliano Camilo - CRABI: agradeceu as pessoas que colaboraram, sindicatos, Deputados, Prefeituras, igreja, Promotoria Pública, IAP, bem como demonstrou preocupação e análise na implantação da educação e saúde nos reassentamentos. Comentou sobre a fundação da Cooperativa de Crédito, do financiamento do PRONAF para os agricultores reassentados, a solicitação ao INCRA para liberação de verba para as famílias reassentadas e mostrou-se preocupado com a iminente privatização do setor elétrico, no tocante aos programas ambientais e sua efetiva implantação neste novo cenário.

Hélio Bruning - CRABI: teceu comentários ao MABESC, dizendo que este movimento não possui legitimidade para representar os atingidos e lembrou que, com o bom andamento do programa de reassentamento, ficou provado que os agricultores têm capacidade para gerenciar a construção e levar adiante a administração dos reassentamentos."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho apenas reafirmar, dar um testemunho sobre aquilo que acompanhei por uma cobrança das pessoas que, naquela ocasião representava - e continuo representando - por populações da comunidade envolvida que estão lá. Porque, quando começou o primeiro movimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando os atingidos tiraram os marcos que haviam ali, da demarcação dos canteiros de obras da usina, este mesmo movimento chamado MABESC, integrantes deste movimento hoje, foi contra os manifestantes. Foram todos contra, dizendo inclusive em recortes de jornais: "Por que esse grupo de manifestantes e baderneiros são contra o progresso que virá para a Capital, para a Boa Vista da Aparecida?"

Depois de tudo sacramentado, sendo um projeto exemplar, conquistado os direitos, tendo remanejado de acordo com discussões, amplamente debatidas com os atingidos, o movimento viu que tiveram uma saída boa para, sobretudo, os reassentados, foi uma boa saída. Falou: "É uma oportunidade da gente tirar um pouquinho mais de dinheiro público."

Então, não posso concordar que o movimento deslegitimado, extemporâneos, fora do tempo de reivindicação, queira de uma forma ou outra pegar dinheiro público. Estou zelando agora pelo dinheiro público, continuaremos com a briga com o Governo do Estado, que somos Oposição, não concordo com muita coisa do Governo do Estado. Continuaremos com reivindicações muito contundentes com relação a COPEL, mesmo porque foi um dos que pediram para que o Presidente da COPEL não entrasse mais aqui na Assembléia, que era "persona non grata".

Mas não posso concordar que um movimento deslegitimado dessa natureza venha querer, agora, reivindicar o direito que não lhes cabe.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Prezados Deputados Irineu Moura, Vossa Excelência sabe, conhece o respeito que tenho pelo seu trabalho, pela sua atuação. Sempre deixamos claro isso, durante a nossa luta, fazemos política em alguns municípios comuns.

O Deputado Irineu Colombo fez um relato da trajetória do movimento social ocorrido lá em Salto Caxias, dos oito municípios que compõem, que cederão o território para a formação do território da Usina de Salto Caxias. E ouvindo atentamente as suas palavras, Deputado Irineu Colombo, sinto que, definitivamente, parece-me até que o Parlamentares, o Partido dos Trabalhadores de Vossa Excelência, renega a luta dos trabalhadores, a luta da população.

Quero lhe dizer, Deputado, que este movimento ocorrido lá em Salto Caxias, não é o movimento da MABESC, é o movimento da população que será atingida pelo reservatório, da população dos comerciantes que foram impactados indiretamente, dos balseiros, dos donos de portos de areia, dos

meeiros, dos arrendatários, daqueles que foram excluídos. Todas as vezes que fiz uso da palavra - e tem a minha assinatura em documentos com relação ao projeto de reassentamento, sempre recebeu a minha avaliação positiva. A minha avaliação é nota dez, ao projeto de reassentamento da COPEL e também às indenizações que foram feitas. Nunca reclamamos, pelo contrário, sempre participamos de todo esse processo, assinamos juntos.

Agora, o que estamos reclamando - e aqui falo porque sou representante daqueles municípios aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - e a COPEL reconhece isso e tanto é verdade que, recentemente fez a indenização do comércio de Flor da Serra, fez a indenização do comércio de Barra Bonita, do Município de Três Barras do Paraná e tem conversações com diversos municípios para viabilizar a indenização, porque a COPEL está reconhecendo que efetivamente houve prejuízo ao comércio da região.

Então, Deputado Irineu Colombo, queria dizer a Vossa Excelência que este movimento não é um movimento da MABESC, é um movimento da população, legítimo. E quando propusemos aqui na Assembléia Legislativa a formação de uma Comissão supra partidária - e nem discurso fizemos - fizemos apenas, junto com o Deputado Caíto Quintana o Requerimento, era justamente para que Deputados de diversos Partidos pudessem ir lá averiguar o que está acontecendo na Usina de Salto Caxias. Temos suporte à manifestação ocorrida lá na nossa região. Ainda hoje, conversando com agricultores que estão sendo reassentados lá na Fazenda Flamepeque, em Cascavel, do qual Vossa Excelência tem no reassentamento pessoas que são ligadas politicamente a Vossa Excelência.

Disse, claramente, com relação ao projeto de reassentamento, não temos nada a reclamar e acho que uma coisa não atrapalha a outra. A COPEL agiu corretamente e é bom que ela conclua esta obra, para que esta obra seja, efetivamente, um exemplo para o Brasil, Deputado Colombo. Seria necessário que não ficasse nenhum resquício de prejuízos para a população que cederá território que irá ser impactado com a construção desta usina. Queremos que ela seja um exemplo para o Brasil,

não só no aspecto de reassentamento. Temos que reconhecer que a discussão foi positiva e reconhecer também, o aspecto do comércio; do balseiro; do dono do posto de areia, que vai ser prejudicado; do funcionalismo público; da professora que dava aula na escola e vai ficar embaixo d'água! Todos estes segmentos queremos que a COPEL sente para conversar com a população.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, ontem agendou uma reunião com a população e com o presidente da COPEL. Nota 10! Elogio aqui, o Deputado Valdir Rossoni, uma atitude de sensibilidade e por isso mesmo estamos tirando da mesa o nosso Requerimento propondo a formação de uma Comissão. Porque, o que queríamos era exatamente esse canal de negociação entre a COPEL e a população que será atingida. Se lá na frente pelos critérios que foram estabelecidos ficar provado que alguém não tem direito a nada, ótimo! Mas não vão poder dizer que não houve negociação, que não houve um canal aberto para discutir os problemas ocorridos lá.

Por isso, Deputado Irineu Colombo, ao concluir, quero dizer a Vossa Excelência que participamos, juntos, desse processo, um processo positivo, modelo para o Brasil. Fizemos história, graças a Deus. Agora, é preciso fazer uma história por inteiro, que não fique resquícios. Que o comércio também seja indenizado como foram os agricultores, como foram os reassentamentos que foram dirigidos para outros municípios. Que não fique ninguém, Deputado Colombo, com o peso, com o ônus de ter cedido território para formar uma usina que é tão importante para o Paraná e para o Brasil.

Obrigado pelo aparte.

O SR. IRINEU COLOMBO - Só quero dizer - inclusive há um projeto meu tramitando na Casa, exatamente esta análise de que toda usina que for construída no Paraná, seja considerado como relevante, como fundamental para o impacto ambiental, o deslocamento de populações. Fiz este projeto - e Vossa Excelência assina comigo - baseado nos impactados de primeiro e segundo graus, eu diria. Agora, tem os impactados mais longínquos ainda, que não cabe ficarmos discutindo. Veja bem, o movimento tem um vício de origem insa-

nável. Qual é? Tínhamos um processo de discussão que começa em 93, que é formalizado, vem até final de 97 e, neste processo a MABESC não existia. E aí, funda-se uma associação, que cobra mensalidade. Ela não tem origem respaldada nos sindicatos, nos prefeitos, nos vereadores, em associações comerciais e na comunidade em geral. Tanto é que é cobrada uma mensalidade e há um compromisso de que vai ter resultados, futuramente, e parte para a mobilização daqueles que, falsamente, se acham no direito! Não posso concordar, Deputado, e aí temos uma diferença grave de ponto de vista, com respeito ao vosso posicionamento, que uma professora com estabilidade, funcionária pública, que foi enviada para uma escola, a qual vai ficar debaixo d'água, ela tem algum direito, porque do ponto de vista do seu impacto salarial, pessoal, é mínimo, muito pequeno!

Não posso admitir que um cirurgião dentista que tinha três clientes que foram embora, seja ressarcido por isso, senão vamos criar no Brasil uma forma de ressarcir tudo!

O Plano Real, por exemplo, causou prejuízos para minha agiotagem, aí vou pedir indenização para o Fernando Henrique Cardoso! Não posso trabalhar com uma lógica, que onde pressupõe prejuízo vou querer cobrar! Porque não está em jogo, Deputado, o dinheiro público! Esse vício de origem que o movimento é deslegitimado pelo movimento popular, é tão grande, que nunca fui convidado para uma reunião da MABESC, para a mobilização. Vossa Excelência me convidou sim, porém não fui convidado para uma reunião preparatória, não fui avisado de que tipo de problema estava existindo, e nunca, ninguém, daquela comunidade, com a exceção de Vossa Excelência, que entrou em contato comigo, que sou, até o momento, legítimo interlocutor dos problemas da Usina Salto Caxias, aqui na Assembléia também. É um vício de origem insanável!

E não vou e não posso concordar com isso, porque a história vai provar isso, que vários problemas elencados ali não têm relação direta com a Usina de Salto Caxias e sim com o deslocamento da população que foi impactada em primeiro grau pela Usina de Salto Caxias.

O Sr. Nereu Moura - Pode até ser que não tenha, mas não custa você conversar, sentar e até estabelecer critérios para tratar de cada assunto. Lembro-me de todos os movimentos que participamos, que foi colocada a questão do comércio.

A COPEL sempre dizia: "Olha, isso aqui vai virar uma maravilha, porque virão pessoas, empresas, casas, o comércio será fomentado, vai ser alavancada com a construção da usina."

Sempre se dizia nas reuniões que participávamos, Agora, estamos vendo que não ocorreu isso! Se Vossa Excelência for em Três Barras, Nova Prata, em Alto Alegre, onde o Distrito da Usina de Salto Caxias, Vossa Excelência, Deputado Colombo, vai perceber que dos trinta comércios que tinha lá, quinze estão fechados, porque o povo foi embora.

Então, aquela expectativa que se criava, de que a usina iria alavancar o progresso e aí, isto fez com que o comerciante não tivesse, naquele momento em que lutávamos pelo agricultor, noção do que efetivamente iria ocorrer, hoje eles estão sentindo na carne e na pele que a usina, na verdade, causou prejuízo irreparável, 35% da população foi embora de Nova Prata, de Três Barras e de Boa Vista da Aparecida.

Então, Deputado Colombo, o que queríamos, o apoio que demos ao movimento - não da MABESC - do comércio, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, das associações comerciais, das Câmaras de Vereadores, um movimento efetivamente legítimo. Estranha esta posição de Vossa Excelência, dizer que não existe legitimidade. Estamos querendo exatamente a abertura do canal de negociações viabilizado pelo Deputado Valdir Rossoni. Isto, para nós, já satisfaz. Daqui para a frente a COPEL e a comunidade que negociem.

O SR. IRINEU COLOMBO - Veja, Deputado, na última reunião em que nós definimos e assinamos um documento concordando com os encaminhamentos, ficou definido naquela reunião, que eventuais prejuízos e impactos não detectados, seria objeto de discussão do mesmo grupo.

Mas, até aquele momento, não apareceu nenhum relatório, e nenhum esquema de vigilância, de eventuais

prejuízos foi montado por estes comerciantes que se posicionavam contra. Inclusive, a forma de reivindicação da Klabin.

Então, mesmo eventuais impactos advindos agora, impactos diretos, não vamos trabalhar com os indiretos porque senão teremos que indenizar todo aquele povo, inclusive a mim, digamos, se eu inventar algum impacto, porque senão o impacto de deslocamento da população, que foi em primeiro grau, todos os comerciantes a 1.500 metros de distância das águas, foram indenizados, e eventuais impactos estão sendo discutidos agora com esse mesmo grupo que foi formado.

Portanto, o movimento é deslegitimado de origem, por quê? Porque colocam problema que até então não existiu.

Assim que assinamos todos os documentos concordando 99% que o processo foi legítimo, transparente, democrático e salutar. Aparece um novo documento e não posso, sob pena de ter que retirar a minha assinatura de tudo o que falei.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Irineu Colombo, quero, inicialmente cumprimentá-lo pela forma lúcida, clara e transparente com que Vossa Excelência vem a esta Casa esclarecer esta questão.

Estou aqui preparado, municiado de uma documentação farta para fazer o esclarecimento sobre esta questão. Mas, nada melhor do que o seu pronunciamento e o seu posicionamento, porque tínhamos aqui, junto aos documentos enviados pela COPEL, o seu posicionamento e do seu pronunciamento há meses atrás. E hoje, Vossa Excelência repete o seu pronunciamento.

Quero dizer para Vossa Excelência o seguinte, que era a intenção do Governo Jaime Lerner, da COPEL, da Diretoria da COPEL, fazer um trabalho exemplar de impacto ambiental e social na questão da Usina de Caxias. E tenho experiência, até convivência, com construção de usina, porque fui Prefeito de uma cidade onde foi construída a usina de Foz do Arica; acompanhei também a construção da Usina de Segredo e o trabalho que foi feito lá na questão do impacto social que causa esta usina. Não há comparativos do tratamento feito em Caxias, em Segredo

ou em Foz do Areia. Agora, o que não podemos - e aí é que depois quando eu fizer uso da tribuna, vou deixar claro o posicionamento da COPEL - é claro que toda indenização, todo deslocamento, todo o assentamento, é injusto - de todas as formas que você discutir essa questão - porque você está tirando o cidadão que residiu em determinado lugar por 20, 30 anos, sem a sua vontade e devido a construção de uma usina, você tem que retirar este cidadão e levá-lo, talvez, para uma casa melhor, para um local melhor, com um melhor atendimento, com um atendimento social, mas nunca é o "habitat" natural, lá onde ele gostaria de viver.

Agora, o que acho é que está havendo um equívoco - e depois vou falar sobre isto - é que se formos procurar excluídos na sociedade brasileira, vamos achar excluídos em todos os lugares. E a questão mais absurda dos excluídos, criado por esta Comissão - você citou muito bem - que é a questão dos professores e depois vou citar outros fatos.

Quero cumprimentá-lo pela forma lúcida, pelo seu depoimento, é importante para esta Casa neste instante.

O SR. IRINEU COLOMBO - Veja, nesse processo de discussão, teve uma coisa inédita, no processo de reassentamento, que foi a discussão de comunidades inteiras que foram deslocadas, escolhemos áreas junto com o povo - quer dizer, nós não - a comunidade escolheu áreas, e não perdeu, inclusive, o vínculo de vizinhança, de escola, vínculo de igrejas, de comunidades religiosas, no novo assentamento. Quer dizer, isso é uma coisa bastante complicada. Claro que um pouco de prejuízo sempre vai ter, mas foi o mais próximo possível que chegou este deslocamento.

Mas isso, Deputado Valdir Rossoni, gostaria de deixar claro aqui, não foi um benefício dado pelo Governador do Estado Jaime Lerner, foi uma conquista do movimento popular legítimo que brigou, que invadiu áreas - eu e o Deputado Nereu Moura estávamos lá, juntos, dando apoio e sustentáculo - foi a duras penas que o movimento popular conseguiu valer isso.

O Sr. Valdir Rossoni - E nem eu estou tirando o mérito, Deputado Iri-

neu Colombo, mas o que estou colocando e citando, é o exemplo que nas outras usinas também houveram movimentos legítimos e nunca foram ouvidos, nunca foram discutidos e nunca foram atendidos. Esta é a diferença de Governo.

Agora, as conquistas, não quero tirar o mérito de quem realmente as fez.

O SR. IRINEU COLOMBO - O movimento popular se legitimou, entro no processo e foi, como já falei, um filtro para evitar maiores problemas, e aí a COPEL acabou entendendo a duras penas, que é uma espécie de filtro para evitar a picaretagem, mas o novo movimento não entendo da mesma forma.

Portanto, quero deixar claro aqui que não avalizarei - por conta da vigilância que passa o dinheiro público - qualquer negociação, a menos que nos moldes anteriores do GEM, nos moldes anteriores como foi acordado. Assim poderemos discutir caso a caso, como foi acordado pelo grupo de estudo multidisciplinar. É diferente de reconhecer a MABESC como um movimento legítimo. Vamos continuar com os mesmos participantes anteriores discutindo os casos que Vossa Excelência, Deputado Nereu Moura, com muita propriedade tem identificado lá. No nosso ponto de vista, eles não são excludentes, apenas estou questionando a legitimação do movimento popular e a forma com que ele vem interferindo no processo.

Com o aparte o Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Primeiro quero saudá-lo pela explanação, parabéns por ter participado desta Comissão deste o início, assim como o Deputado Nereu Moura.

Quero saudar o Alex Paixão, que nos honra com a sua presença e que também fez um trabalho valioso no sentido da organização daquela população que foi impactada.

Sabemos muito bem que foi um projeto bem elaborado e acima de tudo democrático, porque foi a vontade da maioria da população representada pelas Comissões que fizeram parte desta organização.

Ontem, recebi em torno de 30 pessoas, que se diziam representantes da MABESC - e logicamente também fizeram várias visitas a outros Deputados

- e colocaram os seus problemas. Quando a COPEL aceitou indenizar, inclusive com lucratividade, aqueles pequenos agricultores que estavam na área que vai ser alagada, ela se mostrou como uma entidade que se tornou a verdadeira mãe, no sentido de fazer distribuição.

Muitos criticaram a COPEL porque acharam que ela estava dando muito benefício aos agricultores. Pois bem, eles legitimamente pleitearam e quando você não deseja sair da sua propriedade, só sai se tiver algum tipo de vantagem. Foi feito, foi organizado e acreditamos que se cometeu justiça naquele momento em que o próprio agricultor teve a capacidade e a propriedade de decidir o seu futuro, escolhendo inclusive a futura área em que sua família iria morar.

Pois bem, ao ouvirmos esta Comissão, percebemos que existem algumas preocupações e possivelmente algum cidadão esteja preocupado, mas a COPEL, tão democrática que é no trato deste assunto, já se comprometeu com o Valdir Rossoni e comigo mesmo, que tive uma reunião com eles, para saber das possibilidades de se ouvir aqueles que realmente sofreram algum tipo de prejuízo, para que se faça justiça.

É bem possível que a COPEL não aceite a MABESC assim como Vossa Excelência não a aceita como uma entidade organizada porque não participou desde o início da organização, mas é bem possível - segundo palavras dos próprios Diretores da COPEL - que ela fará um investimento para ressarcir possíveis prejudicados que comprovadamente possam mostrar isso e que realmente tenham sofrido algum tipo de prejuízo. Os outros investimentos que a COPEL vem fazendo, leva benefícios a esta mesma população com recursos e investimentos sociais indiretos, ou seja, ela já investiu em torno de 200 milhões de dólares nos seis municípios que serão impactados.

Então, sabemos muito bem que há um projeto de desenvolvimento de pequenas indústrias, agro-indústrias, naquela região, todos com investimentos da COPEL. E os municípios que sofreram este impacto também, através das obras, dos investimentos em calçamentos, asfalto, escola e ginásio de esportes, também estão recebendo e irão receber muito mais, porque a

COPEL vai fazer um investimento para beneficiar a coletividade e não um setor da sociedade.

Quero dizer a todos os Senhores Parlamentares e principalmente ao Nereu Moura e Vossa Excelência, que estou sensível à causa e sempre que puder fazer justiça através do meu trabalho, da minha articulação, tenha certeza a população daquela região, que estarei junto. Vamos fazer justiça, vamos ouvir com humildade e vamos ver realmente quem foi prejudicado para podermos, através da nossa ação, fazer justiça.

O Sr. Nereu Moura - O Deputado Edgar Bueno foi felicíssimo nas suas colocações, não custa sentar para negociar. Quem tem direito recebe o seu direito, quem não o tem, vai para casa - quem quer se aproveitar.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sento para negociar, menos com a MABESC. Não reconheço a legitimidade da MABESC. Estou sendo claro...

O Sr. Nereu Moura - Mas não é MABESC, Deputado!

O SR. IRINEU COLOMBO - Na época em que foi criado o GEM, era uma espécie de filtro para a picaretagem. O filtro continua existindo e está de pé. Vamos mobilizar o GEM de novo para discutir, conforme foi acordado. E, se houver problemas, vamos analisar caso a caso, porque os atingidos em primeiro e segundo graus foram todos sanados. Em terceiro, quarto e quinto grau, o que diria, é que eles são analisados caso a caso com este filtro legitimamente constituído desde 1990.

O movimento que surgiu no ano passado não pode ser o legítimo negociador, sob pena de eu estar interpretando que estão cobrando mensalidade e fazendo promessas - isso me soa a picaretagem.

Concordo que devemos analisar os casos que ficaram para trás, mas não como se fossem um grande fenômeno de várias pessoas alijadas no processo. São casos raros, esparsos aqui e ali, que vão ser discutidos no GEM, do qual continuo participando.

A MABESC está fora desde quando foi intimada no processo, porque inclusive, foi contra. E até hoje nunca

fui consultado por esta entidade, que pelas minhas informações está parecendo picaretagem, no meu modo de entender, a menos que consigam provar o contrário, o que vai ser muito difícil.

Quero deixar clara a minha posição: temos que evitar indenizações indevidas, zelo pelo dinheiro público, o processo democrático instalado desde o início, legitimado pela pressão popular e pela Organização do Movimento Popular tem que continuar como porta de toda negociação e, não novos fatos, extemporâneos, deslegitimados...

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

No Horário das Lideranças, concedo a palavra, que falará em nome do PTB, ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. IRINEU COLOMBO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Quero apenas registrar a presença do Prefeito de Jesuítas, o Professor Chicão, que está presente no Plenário.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos a esta tribuna para apresentar, em nome do PTB, a nossa solidariedade nas comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, cuja data é o dia 08 de março.

Aproveitamos para uma breve reflexão a respeito da situação da mulher, especialmente na luta heróica que desenvolve pelo reconhecimento de seus direitos e contra as discriminações a que foi historicamente submetida.

A Constituição Federal promulgada em 1988 repudia qualquer tipo de discriminação, ao dispor do Inciso 1º, no Art. 5º, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Embora esse enunciado não assegure por si a condição de igualdade, que a consciência da justiça almeja, ele representa um avanço considerável e é, sem dúvida, um precioso ponto de apoio para a implantação de mecanismos que garantam os direitos da mulher.

Sabemos que as mulheres foram sempre lembradas nos textos encantadores dos poetas e literatos, porém, na realidade foi sempre tratada como um

ser inferior e, às vezes nem gente era considerada, mas coisa "rés", na expressão latina, objeto de mando, sujeita às ordens e castigos do marido.

Pregava o Padre Vieira, segundo lembrança feita pela romancista Ana Miranda, que a mulher devia sair de casa apenas em três ocasiões: no batismo, no casamento e para o próprio enterro.

O Direito Romano atribuía ao marido o direito de vida e morte sobre a mulher. E as ordenações Filipinas, que vigoravam no Brasil até o Código Civil, atribuía ao marido o direito de castigar a esposa. Tal situação foi abolida no Código civil Brasileiro, promulgado em 1916, que embora significando grande avanço, preservou inúmeros aspectos de discriminação e domínio masculino sobre a mulher. Continuou sendo ela considerada inferior, continuou sendo considerada relativamente incapaz, ao lado dos menores, dos pródigos e dos silvícolas. Necessitava de autorização do marido para trabalhar, também não podia demandar na justiça. Não podia demandar sem autorização dos maridos, e uma vez separada, se contraísse novo matrimônio, perdia o direito sobre os filhos do casamento anterior.

Em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, foram eliminadas essas restrições. A Lei do Divórcio, em 1977, atribuiu à mulher a condição de companheira, de colaboradora do marido, com plena capacidade para exercer, livremente, qualquer profissão, para demandar na defesa dos seus interesses, para exercer, plenamente, os direitos sobre os filhos, enfim, para atuar como gente e como cidadã.

A Constituição de 1988 consolida assim, no plano da legislação superior, uma estrutura legal de reconhecimento da condição jurídica da mulher e da rejeição a todo tipo de preconceito e discriminação.

É evidente que muito existe ainda para ser feito, existe uma estrada longa, tortuosa, árida, a ser percorrida. Precisamos ainda produzir uma série de alterações, tanto no Código Civil, como no Código Penal e especialmente no Código Penal, cujo projeto se arrasta no Congresso Nacional.

É fundamental também que haja avanços no plano social, vemos hoje que a mulher evoluiu no plano famili-

ar, no plano profissional. Hoje ela ocupa os mais importantes postos, tanto na área política como profissional, mas ainda hoje sofre uma série de discriminações.

Portanto, neste momento, louvamos as conquistas até agora obtidas, elogiamos as mulheres que lideraram estes movimentos e manifestamos em nome do PTB, o nosso apoio a que sejam realizadas, com a maior urgência possível, tanto mudanças da ordem social como mudanças na ordem jurídica para varrer, de vez, todo um preconceito que submete a mulher à injustiças que a nossa consciência jurídica não aceita e repudia.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, volto à questão levantada aqui pelo Deputado Irineu Colombo, apartada pelo Deputado Nereu Moura e por esse que vos fala.

Ontem, recebemos a visita de uma Comissão de cidadãos do Sudoeste do Estado, que representavam uma Associação denominada MABESC, com a qual nos comprometemos e conversamos com o Presidente da COPEL, para que recebesse essa Comissão, para discutir a questão levantada por aqueles cidadãos.

Logo após a sessão, tive a oportunidade de me reunir com aquela Comissão e marcamos esta reunião para segunda-feira à tarde. Mas aí aconteceram alguns episódios que não eram do nosso conhecimento. Após a reunião impactada pela Usina de Caxias, houve o conhecimento de que tínhamos marcado esta reunião com o Presidente da COPEL e começaram a surgir manifestações contrárias ao recebimento dessas pessoas para discutirmos esta questão, sob a seguinte alegação: em 1993, foi formado um grupo de estudos multidisciplinares, denominado GEM, para que, dentro desse grupo fossem discutidas todas as questões de impacto ambiental e social da construção da Usina de Caxias. Fazia parte o IAP, a EMATER, o Ministério Público, os Sindicatos Rurais, a Associação dos Municípios, a COPEL e alguns Parlamentares.

Esta Comissão, desde 1993, vem discutindo e tem sido o fórum de reivindicações de pessoas que se acham prejudicadas pela construção da Usina de Caxias.

Ontem, ao receber esta Comissão, com a maior boa vontade, procuramos o Presidente da COPEL e ele marcou a reunião para o final da tarde de segunda-feira. Após marcarmos esta reunião, começamos a receber manifestações de Prefeitos, Vereadores, de entidades que participavam da Comissão legal e legítima - o GEM - que discutiu, desde 1993, as questões da construção da Usina de Caxias. Mediante esta situação - e uma mais grave ainda, que tem que ser trazida ao conhecimento desta Casa - após ter tido esta reunião com a MABESC, alguns cidadãos que estavam presentes nesta mesma reunião, vieram me procurar, os quais, amedrontados, disseram que estavam acompanhando aquela comissão sob ameaça de ser destruído o seu sindicato, comércio ou a entidade que ele representava.

Levamos isso ao conhecimento das autoridades competentes. E foi tomada uma decisão, a qual quero comunicar a esta Casa: mediante as manifestações recebidas da região, mediante as manifestações feitas pessoalmente por algumas pessoas que participavam eventualmente da MABESC, foi tomada a seguinte decisão: a COPEL não receberá esta Comissão, porque não reconhece a MABESC como fórum apropriado para discutir estas questões da Usina de Caxias. E a COPEL da mesma forma, se coloca a inteira disposição dos Parlamentares e de qualquer cidadão que se achou - ou se acha - prejudicado com a construção da Usina, dentro e no fórum competente, que é o GEM.

Se algum cidadão for procurado por um ilustre Deputado, gostaria que os Deputados transmitissem a posição da COPEL, de que o fórum continua aberto, mas através da comissão legitimamente e legitimado no decorrer dos cinco anos, aonde foi o Fórum de Discussões das questões e dos problemas lá surgidos na construção da Usina de Caxias.

Tenho aqui um vasto documento, tenho aqui fotografias e comparativos do tratamento dado sobre a questão do impacto da Usina de Caxias. Quero aqui fazer um depoimento, de quem conheceu e viu a construção da Usina de Foz do Arcia, a construção da usina de Segredo e hoje conhece a construção da Usina de Caxias, porque tive a honra, aproximadamente há 45 dias atrás, de

ser convidado pela Diretoria da COPEL, para fazer uma visita aos reassentamentos feitos pela COPEL daquela Usina. Quero dizer aos senhores, é incomparável o tratamento dado na questão do impacto à Usina de Caxias, de Segredo e de Foz do Areia. Incomparável!

Os reassentamentos feitos pela Usina de Caxias, praticamente são assentados em Bairros de Cascavel, nas melhores terras do Paraná com a sua casa, com o seu galpão, e com uma área agriculturável em toda a sua propriedade. Como conhecemos a Usina de Segredo, o tratamento dado a Usina de Segredo agora pela COPEL, foram corrigidas diversas injustiças lá cometidas. A COPEL prontamente atendeu às reivindicações possíveis de serem atendidas.

Agora, o que não podemos aceitar - e aí é que está a questão polêmica - é que esta Associação denominada MABESC, está querendo tomar a autoridade de uma Comissão que funcionou cinco anos e que esteve à disposição como fórum legal para serem discutidas as questões da Usina de Caxias.

Também não podemos aceitar, Senhores Parlamentares, que é claro que toda a indenização, todo reassentamento e toda a construção da Usina, gera o impacto social e do meio ambiente. Todo reassentamento e a indenização, por mais alta que seja, nunca é justa, porque você está indenizando um cidadão que nunca pensou passar por este momento.

Agora, o que não podemos começar a querer, é construir uma usina, construir associações de excluídos, que não justifiquem, porque aí está a questão. Não é possível que comerciantes que residem a mais de 10, 15 quilômetros da Usina de Salto Caxias estejam hoje reivindicando indenizações sobre a seguinte alegação: "muitas pessoas de lá foram embora e que o comércio sofreu impacto". Imaginem os senhores se formos discutir a Usina de Itaipu, dos comerciantes que poderão fazer a alegação que foram impactados no seu comércio! Ficaríamos o resto da vida discutindo!

A questão mais importante. A COPEL tinha um orçamento para atender as questões do impacto da Usina de Caxias. Feitas as reuniões com esta comissão legítima, a COPEL naturalmente fez uma previsão de quanto deveria

gastar, e depois executou religiosamente todas as reivindicações feitas por esta comissão que contribuiu muito para que o impacto fosse melhor aceito pela população. Tiveram oportunidade, esses comerciantes, por cinco anos, de levar as suas reivindicações através desta comissão que consideramos legítima e legal.

Fica aqui definitivamente colocado que, a COPEL não fecha as portas para discussão de qualquer prejuízo que o cidadão acha no direito de reivindicar, mas é através do fórum competente, através do grupo de estudo multidisciplinar que funciona lá há mais de cinco anos. E tenho em meu poder uma Ata, onde a COPEL, em uma reunião com todos os membros do GEM, nesta Ata diz - e posso aqui, em uma próxima oportunidade, fazer o relato - que os membros desta comissão se sentiam satisfeitos e atendidos em suas reivindicações. Ata essa assinada por todos os membros dessa comissão, inclusive pelo Deputado Nereu Moura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui rapidamente para tratar desse assunto que hoje monopolizou essa sessão.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, desempenha aqui com competência a sua função de Líder, defendendo as ações do Governo, é correto que assim o faça. Mas eu, que sou Deputado lá da Região, dos nove municípios que cederão território para formar o lago da Usina de Salto Caxias.

É evidente que não posso deixar aqui, Deputado Valdir Rossoni, meu prezado Presidente, Senhores Deputados, de traduzir o grande sonho que hoje acalenta o coração da nossa população, foi em média 35% da população, embora dos municípios que cederão o reservatório para Cascavel. E não só para Cascavel! Aqui está o Prefeito de Campo Bonito, Odilon Pascoal e lá no seu município tem um grande contingente populacional de pessoas que foram transferidas para Campo Bonito, para Catanduvas, para Corbélia, para Cascavel e para Boa Esperança do Iguaçu.

O fato é que, quando das comissões do GEM - e participei de todas as reuniões - a COPEL dizia: "Olha, gente, o comércio destes municípios se transformará numa grande potência, porque iremos trazer muito para cá, gente! Iremos construir casas, iremos trazer gente que irá alavancar o progresso desses municípios!" E agora, no final da barragem, daqui a seis meses, a previsão é que o Governo feche as comportas. Todos têm a absoluta certeza de quê? De que o progresso não irá ocorrer porque o povo foi embora. E a COPEL disse: "Vamos indenizar comerciantes que estejam a 1.500 metros do leito do rio."

Mas, de onde tirou os 1.500 metros? E o comerciante que vive lá em Nova Prata do Iguaçu, lá em Três Barras do Paraná, lá em Boa Vista da Aparecida, no Alto Alegre, em Cruzeiro do Iguaçu. Cruzeiro do Iguaçu vai perder uma usina, Deputado Pessuti, a primeira usina construída pela COPEL, a Usina Júlio de Mesquita Filho, vai ficar embaixo d'água. O município vai ter um prejuízo de 40 mil reais por mês, em ICMS. Está lá o prefeito desesperado, porque o seu povo foi embora e vai perder a usina.

Ora, não tem porquê a COPEL não receber a população para conversar, que crime existe no diálogo? Qual é o problema que a COPEL não possa sentar com a população que vai ser atingida? A população que está sofrendo na carne, que foi vilipendiada, que foi afetada para a construção de uma barragem que vai gerar energia elétrica lá no Rio de Janeiro! Meu Deus do céu, não vejo crime nenhum!

É este o sentimento que trago aqui nesta Assembléia, porque fui eleito, legítimo, para falar em nome da população. Fui eleito pelo voto daquela população! Não vejo, em nenhum momento, nenhuma atitude desonesta, ou pretenciosa, ou desairosa, porque se tivesse conhecimento, seria o primeiro a denunciar aqui, o primeiro a fazer a denúncia de negociatas e falcatruas. Não existe! O que existe é um sentimento legítimo por parte da população que será atingida e que quer dizer à COPEL, e que quer dizer ao Governador: "Nos escutem! Nos ajudem! Estamos falindo, quebrando por causa de uma usina hidrelétrica!"

É isso que queremos dizer.

Concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Nós, não só na condição de Deputado Estadual, mas como líder do PMDB, somos solidários a sua manifestação e a todo esse trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo há muitos anos, no que diz respeito a construção da Usina de Salto Carias, atendendo sempre aos interesses das pessoas que são impactadas naquela região da construção da usina.

O que me causou estranheza foi a manifestação do Deputado Valdir Rossoni, quando alegava que não tinha justificativa nenhum comerciante situado a 10 ou a 15 quilômetros do local onde está se construindo a barragem, dessa pessoa reivindicar esta ou aquela indenização, porque isto não se justifica.

Lamento discordar, lamento a opinião do Deputado Valdir Rossoni, discordo profundamente dele, porque afinal de contas, uma usina a ser construída numa região, traz sim, benefícios a algumas pessoas, mas traz prejuízos a milhares de pessoas. E muitas vezes sim pessoas que estão a 10, 15, 20 quilômetros de distância do local onde está sendo erguida a barragem, são pessoas atingidas, também, por esta construção e que precisam ser atendidas.

Então, quero manifestar a minha discordância pela visão que tem o Deputado Valdir Rossoni. Me parece que ele tem uma visão apenas da usina estática, a usina no local e não dos seus efeitos na região, no Estado e no País. Como disse Vossa Excelência, os benefícios maiores certamente não ficarão na região onde a usina está sendo construída, mas ficará no Estado do Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em outras regiões do País, onde a energia ali produzida vai ser consumida lá longe.

Então me solidarizo com Vossa Excelência e nos colocamos à disposição para somar esforços na solução destes problemas.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA - Obrigado.

Queria finalizar, Deputado Anibal Khury e dizer, publicamente, do respeito que possuo por Vossa Excelência. Vossa Excelência é um homem que,

nos últimos anos, tem sido um equilíbrio no Paraná, a ponderação, um esteio forte na democracia.

Queria fazer um apelo a Vossa Excelência, com o respeito que Vossa Excelência possui da nossa pessoa, da nossa Bancada, para que Vossa Excelência, com seu prestígio, com a sua força intermedie um diálogo entre a COPEL e a população que será atingida lá no reservatório da Usina de Salto Caxias. Faço este apelo, Deputado Anibal Khury, pelo grande respeito que devoto a Vossa Excelência. Em todas as oportunidades, aqui, na Assembléia, acompanhei Vossa Excelência e o senhor para nós é, na verdade, um grande exemplo.

Deixo este apelo para que Vossa Excelência com a força, com o respeito e com a grande liderança que tem, possa intermediar um diálogo entre a população que será atingida e a COPEL, que é um órgão público, em última análise, uma empresa do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só gostaria de dizer - porque fui citado pelo Deputado Orlando Pessuti - que é uma pena que ele tenha chegado tão tarde, que este sentimento social tenha chegado tão tarde no Deputado Pessuti, este sentimento tão abrangente. Porque ele era Presidente da Assembléia e poderia ter tido um sentimento social no momento em que sofremos o impacto da Usina de Segredo, na época em que eles governavam o Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Peço Pela Ordem porque fui chamado e de certa forma crucificado pelo Deputado Valdir Rossoni.

Vossa Excelência sabe que quando estivemos no exercício da Presidência da Casa, em todos os momentos que fomos procurados, para qualquer assunto, estivemos abertos ao diálogo e à prestação do nosso serviço.

Não procede, portanto, a insinuação maldosa de Vossa Excelência no que diz respeito ao período em que fomos Presidente desta Casa.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência recebe o apelo do Deputado Nereu Moura. Vou conversar com a Liderança do Governo, Deputado Valdir Rossoni e, através dele, vamos

conversar com o Governador para que a COPEL, pelo menos, atenda àqueles que se dizem prejudicados.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de esclarecer esta questão. A COPEL, de forma nenhuma está se recusando a receber os excluídos. Só que a COPEL pede que procurem o fórum apropriado, que faz cinco anos que foi constituído.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Só para registrar: em nosso recinto, a presença do Prefeito de Jesuítas, Professor Francisco Rodrigues da Silva; o Presidente da Câmara de Jesuítas, Mário Estraliot; e também o Vereador de Indianópolis, Valder Menezes.

Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se a

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Nereu Moura e Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a ROSELI APARECIDA MACHADO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, alterada pela Lei nº 11.096, de 16 de maio de 1995, incluindo o Município de Agudos do Sul entre os da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/97, de autoria do Deputado Renato Adur, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor HENRIQUE PAULO SCHMIDLIN e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Xamburé o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante de expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 440/97.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Agudos do Sul o imóvel doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/97, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal do Estado do Paraná, imóvel no Município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante de expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 464/97.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora JURIL DE PLACIDO E SILVA CARNASCIALI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural Patronal de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133/96, de 02.09.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 411/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública o Sindicato Rural Patronal de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Espírita de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 052/97, de 16.04.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, quarta, em 11.03.98

PROJETO DE LEI Nº 166/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Beto Richa, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Espírita de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade, com sede e foro no Município de Francisco Alves. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138/97, de 03.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 417/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade em Francisco Alves.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, pois a matéria preenche os requisitos da Lei nº 6.944/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que denomina Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-431, que liga o Município de Ribeirão Claro e Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

(Publ. no D.A. nº 160/97, de 30.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 494/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que tem por objetivo denominar Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-432, que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Jacarezinho.

Da análise do referido projeto, esta Comissão manifestou-se pela conversão em diligência à Secretaria de Estado dos Transportes.

Diante da resposta anexa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/97 de autoria do Deputado Júlio Ando, que denomina Deputado Homero Oguido, o trecho da PR-090, que interliga a Cidade de Alvorada do Sul ao entroncamento da PR-170 (Porto Capim). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 195/97, de 12.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 647/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Júlio Ando, tem por objetivo denominar Deputado Homero Oguido o trecho da PR-090, que interliga a Cidade de Alvorada do Sul ao Entroncamento da PR-170 (Porto Capim).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável, após resposta do ofício encaminhado pela Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 232/97, de 17.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 735/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Aníbal Khury) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 236, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Aníbal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 237, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Designo o Deputado Emerson Nerone para representar a Assembléia.

Requerimento nº 231, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 160, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 162, 205 e 230, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 163, 164, 199, 200 e 210, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 165, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos nºs 167, 172 a 175 e 195, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 168, 169, 198, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 178 a 191, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 170 e 221 a 224, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 171, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 176, 177, 233 e 235, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente.

ente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 192 e 194, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 193, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 196 e 197, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 201 a 104 e 207 a 229, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 208 e 209, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 237-A, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 226, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 237-B, de autoria dos Senhores Deputados Caio Quintana e Nereu Moura, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Requerimento nº 237-C, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 154, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 411/96, 166, 214, 417, 494, 647 e 735/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/97.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após a realização da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/98, para aprovação ou não do nome do Doutor Gilberto Giacóia para Procurador Geral da Justiça.


A Assembléia vai se manifestar por maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, na Sala de Reuniões, com as presenças dos Deputados José Tavares, Presidente da Comissão, e dos Deputados Péricles H. de Mello, José Maria Ferreira e César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, distribuindo aos Senhores Deputados, matérias relativas aos Direitos Humanos, que foram enviadas à Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinado pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais


Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário


JOSE TAVARES
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura
Ata da 2ª reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de março de um mil, novecentos e noventa e oito na sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão sob presidência do Deputado Irineu Mário Colombo. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 375/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os

trabalhos, da qual para constar, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.



Richard Rüppel Sotó Maior
Secretário



IRINEU MÁRIO COLOMBO
PRESIDENTE